

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXIII • janeiro / fevereiro 2014 • Nº 84

COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PELA SOBERANIA NACIONAL

**NÃO
À
DESTRUIÇÃO
DAS
FORÇAS
ARMADAS**



À Conversa com...
Rui Maricato,
presidente do CSA

Pág. 4

**Homenagem aos Bravos
da Rotunda**

Pág. 16

31 de Janeiro
Dia Nacional do Sargento

Pág. 8

Extinção do Fundo de Pensões!

Com a publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei nº 166-A/2013, de 27 de dezembro, o governo fixa as regras que concretizam a extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (Fundo).

Comunicado da ANS na pág. 9

A CORRIDA DE ESTAFETA

No seu boletim do mês de maio do ano corrente, o “J. P. Morgan” – entidade bancária, uma das líderes dos denominados *mercados*, recentemente multada por viciação dos parâmetros que fixam as taxas de juro que servem de referência à fixação da taxa Euribor – analisava a implementação da aplicação das políticas neoliberais impostas a nível global.

Este relatório, relativamente a Portugal, afirmava que a nível da economia o plano estava a ser implementado a bom ritmo, muito perto da sua conclusão (mais de 80%), havendo um significativo atraso na implementação das políticas de desalavancagem da soberania.

É importante, senão mesmo fundamental, deciframos o que entende o “J. P. Morgan” e os sacrossantos *mercados* por desalavancagem da soberania. É o que iremos tentar fazer.

Em 2008, quando começou esta chamada crise, que persiste sem que exista qualquer sinal para o seu fim, a estratégia definida pe-

los *mercados* foi designada e imposta aos países por desalavancagem da economia, hoje conhecemos, com sangue e lágrimas, as suas consequências – austeridade em cima de austeridade, recessão, desemprego, empobrecimento acelerado de quem vive do rendimento do seu trabalho e perda de direitos civilizacionais conquistados durante décadas.

O neologismo é portanto conhecido, de forma dramática conhecemos as suas consequências, por isso sabemos ao que vêm e o que querem alcançar. Querem destruir a Constituição da República, nomeadamente os direitos sociais que ela consagra e o modelo de Forças Armadas que a mesma determina.

É um percurso e estratégia que vem desde os anos oitenta do século passado e que paulatinamente vem sendo percorrido pelos sucessivos governos do denominado “arco da governação” que mais não é do que do “arco da bancarrota”, governos submissos e “*capitulacionistas*” que se vão revezando como se de uma corrida de estafetas se tratasse.

Agora leva um o testemunho correndo o mais que pode para que, quando cansado pela resistência que lhe é movida pelo povo português, passe o testemunho ao outro, para que assim a corrida continue ao serviço da estra-

tégia dos *mercados*. Quando cansado volta de novo a entregar o testemunho ao que o antecedeu, continuando de novo a corrida.

A solo ou em dueto, assim tem sido nas últimas décadas nesta corrida rumo ao abismo, o testemunho vai passando sempre pelas mesmas mãos, algumas vezes com a colaboração inconsciente das vítimas que impedem que o testemunho caia ao chão inviabilizando a prova.

Neste momento, em que o atleta que transporta o testemunho dá provas de exaustão, um novo atleta, depois do descanso retemperador, se prepara para receber o testemunho e continuar a corrida, sempre no mesmo sentido, cumprindo os ditames e a estratégia dos *mercados*, ora ditada pelo “J. P. Morgan”, ora pelo “Goldman Sachs” ou “City” ou “Barclays”.

Não é por acaso que nos últimos meses os ataques à Constituição da República Portuguesa têm aumentado de tom e os apelos à sua revisão se acentuaram.

Não somos tolos, por isso resistir a estas políticas e derrotar esta estratégia tornou-se um imperativo democrático e patriótico. Temos de acabar com esta estafeta que, de facto, nos vem conduzindo para o abismo. ▲

Novo CEMA tomou posse

O novo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso, foi empossado pelo Presidente da República no passado dia 9 de Dezembro. O novo CEMA assumiu como prioridade rever a estrutura orgânica da Marinha, reavaliar as carreiras e investir na modernização dos meios, apontando problemas sérios decorrentes das restrições orçamentais.

No seu discurso de apresentação à Marinha, Macieira Fragoso disse pretender levar a cabo a reestruturação com base na resolução “Defesa 2020”, tendo em conta as futuras disponibilidades de pessoal. Quanto à reavaliação das carreiras, disse que procurará a maior flexibilidade possível e a constante adaptação.

O novo CEMA advertiu para as consequências da continuada exiguidade de recursos financeiros,

referindo que tem conduzido a uma preocupante inatividade dos navios, em especial dos navios combatentes e à falta de uma manutenção regular.

Macieira Fragoso sublinhou que a renovação dos meios navais sofreu um grande revés quando foi aumentado ao efetivo da Marinha o segundo patrulha oceânico, há apenas alguns dias, pelas vicissitudes conhecidas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Considerou que esta situação criou uma enorme perturbação no planeamento de manutenção da esquadra, ao obrigar a reinvestir em navios com mais de 40 anos de intensa atividade operacional, sem quaisquer garantias que se venha a obter retorno do investimento efectuado, classificando esta situação como um problema sério.

Nessa mesma tarde, no canal público de televisão, instado a pronunciar-se sobre o nome

escolhido para CEMA que, no dizer da entrevistadora, não teria sido pacífico nem consensual, o presidente da Direção da ANS afirmou que não iria comentar o nome escolhido pois qualquer oficial Almirante ou General, se teve condições para chegar a tal posto, terá decerto competências para exercer o cargo de chefia. Se assim não fosse, não teria chegado a oficial general. A questão não se coloca na discussão de quem irá exercer o cargo, mas sim de saber que condições e meios irá o governo disponibilizar para que o chefe militar exerça cabalmente a missão para que foi empossado.

Lima Coelho alertou, ainda, para os discursos da tutela que procuram condicionar a atitude e o desempenho da própria missão dos chefes militares, face à sua nomeação eminentemente política, configurando aquilo que poderá ser uma preocupante

governamentalização, senão mesmo, partidarização das Forças Armadas. ▲



A ANS contra o OE 2014

Concentração em S. Bento

A ANS promoveu uma concentração de militares em frente à Assembleia da República, no Jardim de São Bento, no passado dia 12 de novembro. Estiveram presentes centenas de Sargentos do ativo, reserva e reforma, e no final foi entregue um documento dirigido à Presidente da Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares, no qual os Sargentos de Portugal declaram “... a sua frontal oposição aos cortes anunciados na proposta de Orçamento do



Estado para 2014...”, uma vez que eles degradam as carreiras dos militares e as condições de vida dos seus agregados familiares.

Estiveram presentes representantes da AP, da AOFA e da APG, os quais tiveram a oportunidade de manifestar o seu apoio à iniciativa em breves alocuções. Também Jorge Bravo, presidente da AUME, de Espanha, se dirigiu aos presentes, realçando as dificuldades por que passam os militares e o povo daquele país, estabelecendo o

paralelo com as nossas e dos nossos compatriotas. Lima Coelho, por sua vez, apontou os principais cortes enunciados no OE, salientando ainda o incumprimento da lei no que se refere à audição das associações profissionais de militares (APM) «sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados». Para terminar, os presidentes das três APM juntaram-se para anunciar a ação conjunta para 25 de novembro. ▲

Arriar da Bandeira Nacional

No passado dia 25 de novembro, correspondendo ao apelo das direções das três APM, milhares de militares permaneceram nas unidades até à hora do arriar da Bandeira Nacional, tendo muitos comparecido a esta cerimónia, nas unidades em que ela ainda se efetua.

Este protesto simbólico teve, assim, uma expressão nacional, desenrolou-se com a dignidade

exigida, embora num ou noutro local o excesso de zelo de alguns comandos tenha causado uma tão inusitada como desnecessária agitação. Houve mesmo uma grande unidade em que o Comando resolveu *proibir* os seus comandados de assistir à cerimónia de honras ao símbolo maior do nosso País, em frente ao qual todos os militares prestaram o seu juramento. O

que é facto é que se realizou este protesto simbólico por todo o território nacional, do Continente às Regiões Autónomas, numa ação que granjeou a atenção dos órgãos de informação, proporcionando uma exposição mediática pouco usual, com imagens em direto a partir do EMGFA e entrevista ao presidente da ANS após o evento. ▲



As 3 APM na Presidência da República

Entretanto, o malfadado documento viria a ser aprovado no Parlamento e enviado ao Presidente da República para eventual promulgação. Por isso mesmo, e porque a luta

associativa contra o OE2014 não pára, há que ter imaginação e usar todos os mecanismos ao nosso alcance para combater este Orçamento iníquo e não desvalorizar a importância, seja

por que iniciativa for, para travar esse combate. É assim que, à hora de fecho desta edição, está já a ser preparada uma deslocação à Presidência da República, de uma delegação das Direcções das 3

APM, para fazer a entrega de um documento em que se exige a não promulgação do OE2014 e/ou a sua fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional.

Contudo, caso o documento

venha a ser promulgado, a ANS não baixará os braços e continuará, através de iniciativas de geometria e intensidade variáveis, a trabalhar pela dignificação dos Sargentos de Portugal e pela Família Militar. ▲

Governo a fingir que cumpre a lei

Audiências com a tutela

É recorrente falar deste assunto nas páginas d'O Sargento. Desde o início do ano de 2013 que a ANS tem participado em diversas audiências com as Chefias, com os Grupos Parlamentares, com o Ministério que tutela a Defesa ou os seus organismos. É um trabalho que seria absolutamente normal em democracia, não fosse o reiterado incumprimento da Lei Orgânica 3/2001 por parte do MDN. Essa Lei, aprovada por unanimidade na AR, dispõe no seu Artº 2.º que as APM têm direito a “(...) a integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica;” e a “(...) ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados”.

Quando, no dia 4 de novembro, por ocasião do debate sobre as questões de Defesa Nacional do OE2104, no Parlamento, os militares presentes nas galerias ouviram Aguiar Branco afirmar que havia recebido as APM em cerca de 30 reuniões, foi apenas mais uma das muitas habilidades na falta à verdade que o MDN usa para confundir a opinião pública e para esconder que, mesmo as poucas reuniões que houve, não serviram para absolutamente nada. Bom, para nada não: sempre servirão para escrever,

no preâmbulo das disposições legislativas avulsas que faz produzir, o imprescindível “... ouvidas que foram as associações...”.

Tomemos como exemplo a última audiência com a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), no dia 17 de outubro. A ANS foi convocada para essa audiência e compareceu esperanças que se fosse iniciar o processo de audição às APM sobre o novo EMFAR. Pois ainda nem 10 minutos de audiência tinham passado quando ouvimos o diretor-geral, Dr. Alberto Coelho, dizer que, em relação a isso, ao novo EMFAR, não tinha nada para dizer, até porque ele não sabia de nada!

Claro que a delegação da ANS presente, por seu turno e para aproveitar o tempo, voltou a deixar nota dos problemas que afetam os militares em geral e os Sargentos em particular; claro que se reiterou o incumprimento da LO 3/2001 por parte da tutela; claro que se perguntou “se nada tinham para nos dizer, porque nos chamaram?”.

Todos os assuntos de cariz socioprofissional devem ser debatidos e trabalhados em estreita colaboração com as APM. Mas o EMFAR é um daqueles diplomas fundamentais para a vida de dezenas de milhares de famílias em Portugal. Assim, e disso se deu conta ao DGPRM, é natural que as suspeitas de que algo de muito grave anda a ser preparado nas costas dos representan-

tes dos militares, nomeadamente nas da ANS, cresçam. O silêncio que envolve este assunto é preocupante pois, se se estivesse realmente a trabalhar para produzir um diploma moderno e estruturante para as FFAA portuguesas, já haveria notícias em todos os media. O secretismo não augura nada de bom...

Entretanto a ANS recebeu, através de ofício datado de 29 de novembro, uma solicitação para enviar “eventuais contributos” para, pasme-se, o “início do processo de revisão do EMFAR” (sublinhado nosso). Início?! Contributos?!

A ANS respondeu, como é sua obrigação, que está disponível, como sempre esteve, para dar os seus contributos em todas as matérias socioprofissionais que digam

respeito aos seus associados. Contudo, está disponível para o fazer, mas em sede própria, isto é, para integrar efetivamente grupos de trabalho, ou equipas técnicas, ou comissões de estudo, onde poderá, em parceria com as outras entidades competentes, aí sim, dar os seus contributos, como a Lei obriga.

Já chega de simulacros de audição! Nunca demos, não damos, nem daremos para esse peditório. Não será com a colaboração da ANS que a tutela seguirá o seu insistente caminho de mistificação e demagogia. A ANS não ajudará o Governo a fingir que cumpre a Lei. ▲

Nota: O ofício do MDN e a resposta oficial da Direcção da ANS estão disponíveis em www.ans.pt. ▲



Militares fardados na AR no dia 04nov13

Condições de navegabilidade e segurança nos navios da Marinha

A Marinha tem como uma das suas missões garantir os interesses portugueses nas zonas costeiras, rios e oceanos. Assim sendo, tem diversas funções distintas onde se encontram a defesa militar, o apoio à política externa, a segurança e o apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural. Para garantir esta missão conta com um dispositivo naval constituído por navios de diversas classes, nomeadamente fragatas, corvetas, patrulhas, submarinos, entre outros de igual importância para o cumprimento dessa missão, sendo cada um empregue em acções que se coadunam com as suas características. Mas para que isso aconteça, o cumprimento da missão, o Estado deve assegurar os meios para a manutenção dos navios, no que respeita aos sistemas de combate, é certo, mas também a outros níveis, nomeadamente os relacionados com a Higiene e Segurança no Trabalho (HST).

O alerta que aqui se quer deixar prende-se com crescente sentimento de insegurança sentido pelas guarnições das unidades navais da Marinha. O N.R.P. João Coutinho, por exemplo, lançado à água nos estaleiros alemães onde foi construído (em detrimento da construção naval portuguesa) em 02MAI69, do século passado, entrou ao serviço da Marinha de Guerra Portuguesa a 07MAI70. Tem participado em inúmeras missões, entre as quais se destacam o apoio militar na guerra colonial na década de 70, missões de busca e salvamento, missões de vigilância e fiscalização do mar territorial e ZEE. Participou ainda em exercícios nacionais e internacionais e diversas viagens de instrução. Está-se a falar de um navio com 44 anos de existência, 43 dos quais ao serviço da Marinha, mas poderia falar-se de outros em circunstâncias semelhantes. É que são várias as Unidades Navais (UN) da Armada nestas condições (obsoletas e com manutenção muito condicionada pela falta de investimento) a operar no mar. Não basta o hélice rodar para um navio ser considerado



NRP António Enes, depois de explodir em 1986

em estado operacional, aliás como tem vindo a ser declarado pelas chefias nos últimos anos.

Ora, com todas as medidas de austeridade impostas pela troika nos últimos anos, entendeu a tutela, não só continuar a política de desinvestimento nos meios navais, mas também insistir em mandar operar com as UN existentes, em detrimento dos compromissos previamente assumidos com a renovação da frota naval. Pergunta-se, quem é, logo à partida, prejudicado em tudo isto? As guarnições, ou seja, os homens e mulheres que estão embarcados e que fazem das tripas coração para cumprirem as missões. É que o cliché "a marinha são os navios", embora óbvio, não esconde a realidade de que "a marinha são os navios, porque há marinheiros que neles navegam".

Pergunta-se, então para onde está a ser conduzido o investimento? Onde é utilizada a parca verba disponibilizada pelo orçamento do Estado para manutenção de meios navais? Nestas UN envelhecidas, degradadas e desprovidas de condições de segurança e habitabilidade não será certamente. Os exemplos são muitos:

- falhas graves e sistemáticas nos sistemas de combate a incêndios;
- anteparas e escotilhas estanques

que já deixaram de o ser há muito tempo;

- constantes fugas de fluidos combustíveis para o porão, originadas por motores que não sofrem acções de manutenção ou já ultrapassaram o seu tempo de vida útil;
- inúmeras válvulas de corte de emergência de combustíveis ou fecho de ventilação inoperacionais;
- inexistência de separadores de águas oleosas, provocando constantes descargas poluidoras nas águas territoriais e ZEE;
- fugas de gases de combustão para os interiores onde permanecem os nossos camaradas, prejudicando gravemente a sua saúde;
- limites de ruído acima do permitido por Lei em zonas de descanso da guarnição;
- equipamentos de comunicação fundamentais na organização L.A. (Limitação de Avarias: combate a incêndios, alagamentos, etc.) inexistentes ou inoperacionais;
- falta de material de HST...

Todas estas falhas graves, para além de dificultarem, ou impedirem de todo, o cumprimento da missão, representam ainda um perigo manifesto para a segurança, saúde e qualidade de vida do pes-

soal. A falta de manutenção tem causado níveis de degradação dos meios até há uns anos considerados inaceitáveis para certificar um navio como pronto para um ciclo operacional. A mais alta autoridade a bordo de um navio é o seu comandante. É o responsável pelo mesmo e pela sua guarnição, tal como o é, por exemplo, pela boa aplicação dos códigos internacionais de segurança. Mas ao nível operacional, para além dele, existem os seus comandantes superiores, a chefia da Marinha e a tutela que, no limite, é quem *determina e manda publicar*. É uma exigência mínima que estas entidades assumam o seu dever e responsabilidade perante os homens e mulheres que exercem, diariamente, a função de soberania atribuída à Marinha e o apoio ao povo português definido na Constituição.

É um facto que a ANS não tem competência para influir em questões operacionais. Mas aqui entra-se, no mínimo, nas áreas HST e de preservação da integridade física dos marinheiros militares em tempo de paz. E estas sim, são também importantes e pertinentes preocupações a ter, quer como contribuição para debelar os problemas existentes nesta área, quer ainda como base para a reivindicação dos nossos direitos como militares, como profissionais e como cidadãos. ▲



NRP João Coutinho

À conversa com...

No ano em que o Clube do Sargento da Armada (CSA) comemorou o seu 38º aniversário, o “O SARGENTO” conversou com o presidente da Direção, recentemente eleito, Rui Manuel de Ornelas Maricato.

“O Sargento” – O CSA acabou de comemorar o seu 38º aniversário. Como podemos caracterizar o contributo dado para a dignificação da classe de sargentos?

Rui Maricato - O CSA é já, hoje, uma significativa instituição, prestigiada e respeitada não só no meio militar, como nos locais onde está inserido. É dirigido e frequentado por Homens e Mulheres que têm orgulho em terem servido ou continuar a servir a Marinha. Logo, desenvolver e melhorar o funcionamento do CSA é continuar também a prestigiar a Marinha, e ao mesmo tempo dignificar a classe de Sargentos.

“O Sargento” – Os atuais órgãos sociais do CSA foram recentemente eleitos e empossados. Que projectos visam alcançar durante este mandato?

Rui Maricato - Durante o mandato para o biênio 2013/2014 estes Órgãos Sociais têm como objectivo implementar um novo ciclo que eu gostaria de designar pelo da “Renovação” e “Afirmação”.

Apresentámo-nos aos associados eleitores com uma lista renovada, que tem toda a disposição e condições para ajudar a construir um futuro melhor para esta Instituição.

Vamos todos encarar este novo percurso ainda com mais sentido de responsabilidade, primeiro porque é nossa obrigação, e depois porque sabemos que enfrentamos tempos muito difíceis que exigem o melhor de nós.

Acreditamos na nossa capacidade para mobilizar vontades, contamos evidentemente com os nossos parceiros naturais nesta causa de servir a Classe, e assim vamos tentar criar formas, para que os Sargentos mais novos se associem ao seu Clube, pois fazendo mais sócios é criar as condições para dinamizar a vida do CSA, e assim ter melhores condições para ir renovando com sangue novo as futuras equipas de dirigentes do CSA.

Procurar também ouvir o que pensam os actuais sócios do CSA e de acordo com essa auscultação, promover as iniciativas que vão ao encontro dessas sugestões, para que sejam atraídos para a participação.

Procurar, criar e levar a efeito novas iniciativas e eventos, que vão ao encontro dos interesses dos novos sargentos e, claro, saber divulgá-las, para assim se sentirem atraídos e se fazerem associados.

Melhorar a divulgação do Clube junto dos associados no Activo e Reserva, procurar utilizar os meios disponíveis na Marinha.

Renovar a página da Internet do CSA, dando assim maior visibilidade e divulgação para chegar ao maior número de associados que se encontram espalhados pelo continente e Ilhas, não esquecendo aqueles que se encontram em missões ao serviço da Pátria por esse Mundo fora, tentando deste modo mantê-los informados, quer seja por uma newsletter ou outro meio, das actividades do CSA.

Procurar editar o boletim, senão impresso, que seja por via electrónica, órgão importante na informação e ligação dos associados com os dirigentes;

No campo Patrimonial fica a ideia para de futuro dotar os vários espaços que vão vagando na Sede Social, nomeadamente no r/chão para a criação do futuro Restaurante da Sede Social, em que aproveitava o espaço da Galeria e espaços contínuos dando assim também aproveitamento ao pátio do CSA para esplanada, evitando deste modo que os nossos associados mais idosos tivessem que subir “aquelas escadas”;

Na Delegação também se poderá reformular os espaços já criados dando-lhe outra vivacidade e funcionalidade, pensando deste modo na mobilidade dos nossos associados;

No campo Social pretendemos continuar a melhorar as condições para que os associados e suas famílias se sintam cada vez melhor nas instalações do nosso Clube quer na Sede quer na Delegação, mantendo e, se possível, melhorar a qualidade dos nossos serviços de bares e restaurantes.

Criar iniciativas para os mais idosos, promovendo e divulgando a cultura naval que está intrínseca nas nossas vidas.

Temos consciência que o prestígio do CSA é também devido aos bons serviços que presta aos associados, mas sabemos que os sócios, embora vão ao clube pelo seu prestígio, vão, também e sobretudo, porque são bem recebidos por todos os que diariamente trabalham e colaboram no Clube.

Outras das medidas será a tentativa de parceria para criar vários workshops, quer de artesanato, pintura, artes decorativas, coaching, dança, fotografia, informática ou quem sabe até mesmo teatro, o futuro o assim dirá.

No campo Cultural e Recreativo, promover debates temáticos e outros, sessões de música, criar eventos que vão ao encontro da nossa massa associativa, através também de parcerias com os outros Clubes que nos estão próximos e que tenham experiências e ideias para trocar,



continuar a apoiar e a incentivar aquele que tem sido o nosso baluarte na apresentação de sessões musicais no CSA e em muitos locais do nosso País, o nosso Coro Polifónico, não descurando e procurando incentivar os sócios e suas famílias, a novas inscrições para o Coro.

No campo Desportivo continuar a apoiar as nossas equipas de Atletismo, Futebol que com as suas conquistas continuam a tornar cada vez mais pequeno o nosso espaço disponível para tantos troféus.

Por outro lado, incentivar outras modalidades como, a prática das aulas de iniciação à natação, a ginástica de manutenção, a vela, as artes marciais, ou a promoção de passeios de BTT, passeios de moto-turismo, cursos de mergulho, atraindo deste modo mais praticantes.

“O Sargento” – O CSA tem uma atividade de lúdica e sociocultural de enorme relevo. Como vê a sua continuação num momento em que os portugueses se confrontam com tão graves dificuldades económicas?

Rui Maricato - Relativamente a essa questão acho que existe uma janela de oportunidade para o desenvolvimento e exploração de atividades lúdicas e socioculturais para os nossos associados.

Temos assistido ao longo desta última década a um afastamento do Clube por parte dos nossos associados, muito por culpa das novas tecnologias e nomeadamente das ofertas de diversão proporcionadas por empresas que apostam num marketing “agressivo” para atingir o seu alvo. Com as dificuldades económico-financeiras a aumentarem esse tipo de diversão e recreio tendem a ser cada vez menos sustentáveis por parte dos nossos associados. Mas como o Homem vive em comunidade e a Cultura e Recreio faz parte da sua essência, cabe ao Clube, e às associações tirarem partido desta “janela de oportunidade” de voltar a chamar as pessoas às colectividades, proporcionando assim actividades lúdicas e de recreio em condições mais vantajosas e adequadas às condições económico-financeiras impostas de momento.

“O Sargento” – Camarada, como enten-

de o CSA a relação com o movimento associativo, nomeadamente com a vertente socioprofissional de militares?

Rui Maricato - Continuar a desenvolver esforços para reforçar a cooperação entre os Clubes e Associações quer de âmbito Militar quer de âmbito Civil para tornar cada vez mais forte o Movimento Associativo, pois só assim conseguiremos ultrapassar as dificuldades impostas neste actual quadro económico e social. Em relação às Associações Socioprofissionais, nomeadamente a ANS, quero dizer que estamos juntos nesta causa pública que é representar os Sargentos nas suas diferentes vertentes, o Clube do Sargento da Armada na vertente social, cultural, recreativa e desportiva e a ANS na vertente socioprofissional, mas sempre caminhando lado a lado na salvaguarda dos interesses dos nossos associados.

“O Sargento” – Para terminar esta nossa conversa, que apelo pretendes deixar aos Sargentos da Armada em especial, mas em geral a todos os Sargentos de Portugal?

Rui Maricato - Gostaria de deixar a seguinte mensagem a todos os Sargentos: Temos a consciência que não será fácil, pois vivem-se tempos muito difíceis, para o País, para o Povo e para as Forças Armadas, pois todos sabem o que significará a implementação dos cortes anunciados, para o funcionamento da Instituição militar, para os apoios aos clubes e, sobretudo, para as nossas vidas em particular.

Mas nós, Sargentos da Armada e de Portugal, habituados às grandes tempestades e mares altos, haveremos de encontrar as forças, o engenho e a arte, para encarar e enfrentar este novo percurso com coragem e ainda com mais sentido de responsabilidade, primeiro, porque é nossa obrigação, depois, para nós, será gratificante poder contribuir para a causa pública e assim poder ajudar a construir um futuro melhor para o nosso País e para os nossos Filhos.

Estamos convictos que o conseguiremos!

“Um Clube Vivo, É um Clube Participado”▲

CORREIO DOS LEITORES

H.F.A. está um caos

Excelentíssimos Senhores,

Com o devido respeito permitam que vos deixe algumas considerações de desagrado e algumas perguntas, as quais que gostaria de ver respondidas.

O H.F.A. está um caos. Ninguém se entende, agora deixou de ser da F.Aérea e passou a geral, o que leva à constatação de que nem é carne nem é peixe.

Era suposto haver mais pessoal, dada a junção, mas da-se o inverso. Despediram pessoal de todas as categorias incluindo médicos - anunciam-se mais saídas - e agora tudo está pior em termos de marcação de consultas e outros serviços.

Só alguns exemplos:

Em Ortopedia, para todo o universo de utentes, há 3 médicos. Então e os outros? Em Gastro, depois de muito tempo fechada, abriu agora a consulta. Oftalmologia são meses de espera, Urologia, etc., etc., etc. O descontentamento é geral a todos os níveis, até médicos se lamentam.

Havia na Estrela a especialidade de cirurgia cardio torácica mas só de vez em quando lá ia o médico. Agora, no Lumiar, não há essa especialidade. Pretendi marcar para cirurgia vascular na esperança de que pudesse ali apresentar o problema de um aneurisma abdominal que tenho. Só em Janeiro abrem as consultas e o médico (que é só um) só lá vai uma vez por mês (informação de quem me atendeu o telefone depois de horas e horas a tentar ser atendido).

Mas então, foi para isto que se juntaram os hospitais militares num só? Que iluminado cérebro terá parido este aborto? Será que consultaram os mais interessados, que são os doentes? Se foi o atual MDN nada me admira porque, tal senhor, percebe tanto de FFAA como eu de um lagar de azeite, ele que nem recruta foi, e muito menos de serviços de saúde. Pessoa em que se nota forte tendência antimilitar não admirando, portanto, as decisões que vai tomando. É bom que se recorde que os hospitais militares foram constituídos para proporcionarem assistência a militares e suas famílias para a qual (assistência) neste momento se desconta 2.25% da pensão, sabendo-se que a partir de Janeiro passará a ser de 2.50%. E é esta assistência que me é proporcionada? Agora que estou velho, cheio de mazelas, eu que jurei dar a vida pela Pátria, que fiz duas comissões no Ultramar, com uma carreira limpa com condecorações e louvores, sou assim tratado de modo tão vil e humilhante?

Estou a fazer 80 anos, não tenho projetos de futuro nem quem dependa de mim, só gostaria, o que não será uma questão de gosto mas direito, que me fosse proporcionado um fim de vida digno.

No dia 3 de Setembro apresentei-me na urgência amparado a duas canadianas com uma crise de ciática. Fui medicado e fiz um RX, até aqui tudo certo. O pior foi que a médica que me atendeu não soube interpretar o RX, lamentou-se de não estar ali uma colega de ortopedia que tinha ido almoçar. Receitou-me alguns medicamentos e mandou-me marcar uma consulta, a qual foi marcada para 25 de Outubro e porque havia uma vaga.

De 3 de Setembro a 25 de Outubro com uma crise de ciática!! Os Senhores aguentavam? Tive que resolver o problema no privado mas, Senhores, NÃO É PARA ALÍ QUE EU FAÇOS DESCONTOS!!!

Tenho imensas doenças: glaucoma, faringite crónica, um pulmão parado, cardiopatia isquémica, hipertensão, gastrite erosiva, divertículos, coluna arrasada, artrite reumatóide, uma prótese num joelho e necessidade de implantação no outro; já fui operado 19 vezes e é esta assistência a que tenho direito?

Com tanta espoliação que vai sendo feita à minha pensão ainda tenho que a emagrecer mais e recorrer ao privado para resolver os meus problemas de saúde? Quando se diz que os militares têm tudo é necessário explicar bem: o militar só não paga os atos médicos no H.F.A. conforme seu direito, pois para tal sofre os descontos mensais. Os familiares, com direito pelo militar, pagam todos os serviços de que usufruem e para levantarem os exames que façam têm que provar que os mesmos já estão pagos. Curiosamente, a minha mulher, que é funcionária pública, que também tem desconto próprio no seu vencimento, está nas mesmas condições dos familiares dos outros militares.

Exmos. Senhores, este não é só o meu caso, é o de muitos camaradas que, como eu, dedicaram a sua vida à Pátria que, pelos visto, guiada pela mão de alguns incompetentes não me contempla.

P.S. - Como não considero que nada deste conteúdo seja de ordem confidencial e para que em demoracia todos os atos devam ser claros, informo que esta carta irá ser divulgada por esta via.

Respeitosamente,

Carlos Sousa da Silva Nuno

Sargento-Chefe reformado da F. Aérea ▲

Burocratas de farda

Vem este artigo a propósito de uns ficheiros, com uma suposta proposta de EMFAR, que foram postos a circular através de correio eletrónico e cuja origem é “um mistério”, mas que evidenciam práticas já nossas conhecidas de processos legislativos anteriores e que, à margem das mais elementares regras democráticas, consistem em espalhar a confusão, dividir para reinar, e apresentar o “inferno” para depois nos brindarem com o “purgatório”.

Na verdade é difícil de compreender-se que possa haver mãozinha militar nesta proposta de EMFAR pois, a ser verdadeiro, tratar-se-ia de um documento que iria aprofundar um retrocesso enorme nas carreiras militares, promover uma estagnação ainda maior e um envelhecimento generalizado dos quadros, tornando os seus autores nuns verdadeiros coveiros da Condição Militar.

Não deixa, no entanto, de ser sintomático o constante negar, por parte da tutela, da existência de trabalhos de revisão do EMFAR, colocando à margem aqueles que por Lei deveriam participar nos trabalhos - as associações profissionais de militares.

Sabemos que é intenção aplicar no EMFAR e demais legislação socioprofissional militar um conjunto extenso de princípios constantes na Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Administração Pública, como sejam, a diminuição das progressões automáticas e o aumento das promoções por escolha, restrições acrescidas na atribuição de suplementos remuneratórios cujos valores passam a estar desindexados das remunerações respectivas, redução de direitos assistenciais e de apoio social através da convergência com as regras da Segurança Social, conteúdos funcionais sumariamente descritos para flexibilizar as funções atribuídas a cada posto, medidas que a serem im-

plementadas irão descaracterizar as Forças Armadas e os seus militares, num processo de “paisanização” sem precedentes...

Neste suposto projecto de EMFAR, caído de paraquedas nas redes “cibernauticas”, são já bem visíveis alguns desses aspetos, como sejam, a projeção da carreira militar para 40 anos de serviço, com a obrigatoriedade dos 55 anos de idade para passagem à Reserva, a criação na base da carreira de Sargentos do posto de Furriel do Quadro Permanente em contraponto com a criação do posto de Brigadeiro-General no topo da carreira de Oficiais, a promoção a Primeiro Sargento por antiguidade e a promoção a Sargento Ajudante por escolha, o aumento do tempo mínimo de permanência nos postos, a manutenção da discriminação negativa dos conteúdos funcionais dos sargentos da Força Aérea em relação aos dos outros ramos, o fim da possibilidade de se requerer a passagem à Reserva para quem tenha mais de 20 anos de serviço militar, a manutenção da habilitação de 12º ano de escolaridade no fim do Curso de Formação de Sargentos sem qualquer valorização académica por frequência do curso, e, imagine-se, a não obrigatoriedade de dar conhecimento da avaliação do mérito aos avaliados, regra que nunca foi bem aceite por algumas mentalidades retrogradadas, constituindo-se assim num ajuste de contas com o passado.

Um projecto verdadeiramente rançoso e bafiento, que revela bem o quilate de quem o produziu.

Por ser mau demais para ser verdade, não queremos por isso acreditar que existam militares que se possam prestar a este serviço de frete ao poder político, comportando-se como burocratas de farda

José Pereira ▲

Contra a destruição do IASFA

Realizou-se, no passado dia 30 de maio, mais uma iniciativa das Associações Profissionais de Militares (APM), onde a ANS, AP e AOFA tiveram como principal objetivo a defesa da Saúde Militar e da Assistência Social Complementar. Com início às 17.30 horas, a concentração junto das instalações do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), na rua Pedro Nunes, em Lisboa, mobilizou cerca de centena e meia de camaradas e alguns familiares.

Os representantes das três APM entregaram na Direção deste Instituto uma moção e, cerca das 18.15 horas, foi dado a conhecer o seu conteúdo, já no exterior do edifício, aos presentes. Para além disso, nas intervenções proferidas, foram abordados alguns problemas na área da assistência social complementar. A ANS manifestou preocupação com as alterações já efetuadas e receios com a possibilidade de novas alterações na ADM; a AOFA analisou as questões relacionadas com a Saúde Militar resultantes da reestruturação dos Hospitais Militares;

e, por último, a AP deu a conhecer os perigos das alterações da estrutura e regulamentos do IASFA. Por volta das 19.00 horas “A Portuguesa” marcou o fim da iniciativa.

Quando se torna difícil a mobilização, na luta contra a destruição do IASFA, contra o desmantelamento da Acção Social Complementar, contra o estrangulamento da ADM e contra a mistificação em torno da Saúde Militar, interessa, sobretudo, não desistir... Juntos venceremos!!!

António Ferreira ▲



40 horas de trabalho semanal?

O diploma que fixa para os funcionários públicos o período normal de trabalho em oito horas por dia e quarenta horas por semana, Lei nº 68/2013, de 29 de Agosto é fonte de mais injustiças e ataques à Condição Militar e aos direitos sociais dos militares.

Em conversa sobre este assunto, um camarada observava. “Mas, e se um camarada entrar de serviço de Sargento de Dia e ficar 24 horas seguidas... Não, não pode ser, os militares não têm horário. Isso não é para nós!”. Pois é, só que ainda mal tinha sido publicada e a Lei já estava a ser alvo de Despachos dos CEM, 1 por Ramo, 3 Despachos interpretativos para adaptar a Lei ao funcionamento das FFAA. Resultado, como há muitas Unidades em que também trabalham civis, se estes trabalham mais uma hora por dia, os militares também!

Esta Lei entrou em vigor no dia 30 de Agosto de 2013. Viria a ser objecto de fiscalização sucessiva. O Tribunal Constitucional tomou a decisão de considerar constitucional a Lei das 40 horas na função pública. Mas foi uma decisão dividida: sete juizes votaram a favor e os restantes contra, embora estes seis se considerem “vencidos parcialmente”, tendo explicado as suas razões em declarações de voto.

Felizmente, sente-se um regresso sensato ao que existia antes de Agosto passado. Contudo, quer os Despachos, quer a Lei, são ferramentas de um mesmo trabalho, que é a continuidade intencional de transformar os militares em meros funcionários públicos.

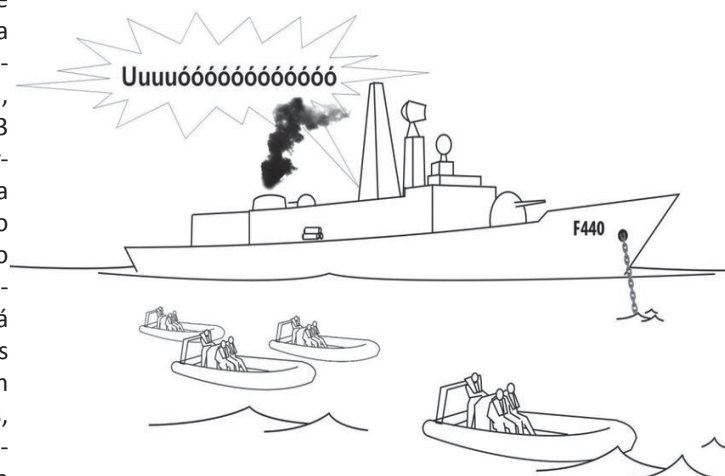
Numa altura em que os orçamentos familiares dos militares estão tão degradados, numa altura em quem entre muitas outras malvadezas, o suplemento de residência sofreu, em muitos casos e para todos os efeitos, uma pura e simples eliminação, os custos de ter os filhos no infantário mais uma hora ou de perder o transporte para longe, são custos a contribuir para aumentar a degradação da qualidade de vida dos agregados familiares.

Onde estão, também aqui, os especiais (e excepcionais) direitos a garantir a quem apre-

senta (também excepcionalmente) permanente disponibilidade para servir o país, sem horários?

Misturas perigosas

Contudo, a aprovação desta Lei, e consequente entrada em vigor, surgiu em pleno Agosto, numa altura em que, supostamente, andamos todos menos atentos. É um hábito infeliz o deste governo, o de aprovar e fazer publicar diversa legislação penalizadora dos direitos dos cidadãos em geral e, no nosso particular, dos cidadãos militares nestes períodos.



Este caso é especial, na medida em que, para além das alterações ao horário de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, esta Lei estatui alterações ao EMFAR. Ou seja, com um mecanismo que tem tanto de sórdido como de desrespeitador do funcionamento da democracia em Estados de direito, misturam-se alhos com bugalhos, e alteraram-se (para mais um ano) os tempos mínimos de permanência nos postos para efeitos de promoção estabelecidos no EMFAR.

Com efeito, a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) da AR, quando instada a dar parecer sobre o documento, remeteu-a para a Comissão de Defesa Nacional (CDN) com um pedido de parecer sobre o que dizia o seu Artº 6º sobre os ‘tempos mínimos de permanência nos postos dos militares das Forças Armadas’, referindo que o fazia ‘... apesar de não merecer referência na epígrafe da Proposta de Lei, a iniciativa do governo contém ainda disposições aplicáveis aos militares das Forças Armadas, alargando os tempos mínimos de permanência em cada posto para efeitos de promoção ao posto imediato.’.

A CDN produziu um parecer que, em 7 pontos, mostrou toda a sua complacência e conivência com a postura de *esperteza sa-loia* do Governo. Isto porque nos

primeiros 6 pontos do Parecer diz coisas como “4. Não existe evidência de ter sido dado cumprimento à alínea b) do artigo 2.º, da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto - Lei do direito de associação profissional dos militares — pelo que, no decorrer do processo legislativo, deve ser promovida a audição das associações profissionais dos militares, para se pronunciarem sobre a matéria constante do artigo 6º”, ou ainda “5. Não é apresentada fundamentação económica, nem justificação política ou técnica para o alargamento em um ano dos períodos mínimos de permanência nos postos”. Não obstante, decidiu a CDN, no seu ponto 7. “A Proposta de Lei [...], nas partes respeitantes à área da Defesa Nacional, está em condições de ser apreciada na generalidade pelo Plenário da Assembleia da República”.

Ora aí está! Não respeita a Lei, não se compreende como se inclui nesta Lei matéria diversa da que deveria regular, mas pode ser votada em Plenário, e sabendo da correlação das forças representadas no Parlamento isso significa a aprovação de cruz pelos deputados da maioria (e não só), pois o ponto 7 do Parecer só teve os votos contra do PCP, do BE e do PEV... Sintomático!

Rábula a reter

Dois aspetos relevam do que atrás se disse:

- por um lado a postura subserviente e, por que não dizê-lo, excessivamente zelosa das chefias em trazer logo para o seio dos Ramos uma determinação que transforma os militares em meros funcionários públicos. Exige-se mais dos chefes dos Ramos...

- numa outra perspectiva, mostra-se o desespero com que a tutela encara a reestruturação do trabalho em funções públicas. Na ânsia neoliberal de tudo cortar, não se olha a meios nem a métodos para o fazer, dando-se ao trabalho de misturar questões de défice com questões de soberania, demonstrando assim que não é digna a postura de quem tem nas mãos o destino da coisa militar em Portugal.

Saibamos resistir, a bem das Forças Armadas, a bem do Povo Português, a bem do País. ▲

CORREIO DOS LEITORES

Fundo de pensões, ADM e horário de trabalho

Caros camaradas da Direção da ANS,

Tal como sempre nos incitam, mesmo dentro desta quadra festiva não devemos nem podemos baixar os braços. É por isso mesmo que venho solicitar o vosso auxílio nalgumas questões que, ainda que não possam dar as respostas concretas, mais saberão por certo que eu.

Sou 1SAR da Força Aérea. Um camarada 2SAR perguntou-me o que fazer quanto ao famigerado Fundo de Pensões. Apenas lhe pude dizer, que eu ainda tenho o meu activo, mas de acordo com a Drª Berta Cabral, o mesmo será extinto em 2014. Sendo assim perguntado, também, camaradas: O que fazer? Tendo como certa a extinção do FP, nem discutindo a sua validade e objectivos iniciais, há alguma certeza sobre como será extinto? Os valores entregues serão reembolsados? No meu caso são só mais de 10 anos de descontos para um sistema previdente que me foi apresentado como garantia no caso do continuado ataque à classe e carreira.

Quanto à ADM, muito se ouve e pouco se sabe. Após o aumento de mais de 60% nos descontos sobre vencimento, supunha-se que os familiares (cônjuges e descendentes menores) continuariam como beneficiários, que as tabelas de comparticipações seriam mais abrangentes e “generosas” para com os militares que para o subsistema agora tanto descontam. Ao invés, o sentido continua o mesmo - restringir o acesso à ADM daqueles que connosco partilham o sofrimento e também sofrem, cortar cegamente nas comparticipações e entidades, etc... Até com o anunciado “milagre” da fusão dos vários Hospitais ficámos a perder imenso. São várias as especialidades médicas para as quais não se consegue obter marcação de consultas. São tão grandes ou maiores as listas de espera comparando com os Hospitais Públicos. Não contando também com tarifários impostos. Enfim.

Se esta tendência se mantiver, não deveria ser a ADM de adesão facultativa, tendo em conta que:

- Os militares continuariam com acesso aos cuidados de saúde prestados pelos HFAA;
- Há planos de saúde no mercado tão bons ou melhores que a ADM e a preços quiçá mais atractivos, sendo que se tivermos que pagar este valor pela ADM e mais outro tanto para um plano de saúde de um cônjuge e descendentes, mais barato sairá optar apenas por um plano de saúde, e ambos sabemos que neste momento são mais vantajosos, sobretudo se se trabalhar num protocolo interno.

Acho que é um ponto de vista que se pode utilizar para combater esta tendência negativa a que vamos assistindo.

Continua também a “insatisfação” quando aos novos horários. A primeira questão que se levanta é: Serão os militares meros Funcionários Públicos? Também se questiona o porquê das diferentes interpretações dos CEM relativamente à legislação imposta. E também a aplicabilidade desta lei nos serviços.

Estamos presentemente a efectuar não 40h mas sim 45h semanais, porque invariavelmente as nossas funções não cessam à hora de almoço, tal como não pára um voo ou uma viatura ou um combate se entretanto chegar a hora do “rancho”. E para quem faz serviços de 24h, terão que ser previstos turnos, visto que não se podem efectuar mais de 5h consecutivas de trabalho? E terão estes militares direito a alguma compensação mais? É que se um militar fizer um serviço de 24h, ainda que supondo jornadas de 8h diárias, perfaz num só dia 3 dias de trabalho. Se lhe juntar mais 2 dias já fez as 40h semanais. O Estatuto de Militar obriga ao dever de disponibilidade mas não ao de efectividade no serviço.

Para os militares que fazem serviços desta natureza, que efectuem pelo menos 2 serviços por mês em ambas as escalas, estamos a falar de 32h a mais por mês, equivalente a quase uma semana, o que num ano é substancial (2serv./mês x 12 = 24serv.) (24serv x 16h = 384h) (384h/8horas dia = 48 dias).

E se contabilizarmos apenas o que afecta a generalidade, considerando apenas a suspensão dos 4 feriados e as 5 horas a mais semanalmente, podemos totalizar (5 semanas x 5 horas = 25h) + (4 feriados x 8h = 32h) 57 horas, o que em dias dá cerca de 7 dias. A uma média de 55€ por dia, quanto estamos a oferecer mais ao Estado?

Sei que vós, dirigentes da nossa ANS, estão deveras atentos a estas e outras situações. Desculpem-me o desabafo e se puderem defendam-nos nestas e em muitas outras questões.

Com os melhores e respeitosos cumprimentos, e um desejo especial de Boas Festas para todos vós e respetivas famílias.

1SAR R.M.▲

123 anos depois...

O cenário que conduziu então à Revolta do Porto não é muito diferente dos dias de hoje. As semelhanças são tristemente evidentes. Perda da Soberania Nacional às mãos de duvidosos interesses estrangeiros, propagação da corrupção, colapso financeiro do Estado incapaz de suprir as suas necessidades devido a desmandos dos dinheiros públicos por parte de sucessivos Governos, aprofundamento da exploração, da miséria e da fome entre a população, desemprego e emigração galopante, incumprimento de promessas eleitorais, violação da Lei, degradação social, vidas comprometidas...

No âmbito socioprofissional, no que aos Sargen-

tos diz respeito, verifica-se igualmente um acentuar das dificuldades atirando muitas famílias de militares para situações de ruptura por via da degradação dos vencimentos com cortes salariais sucessivos, aumento de descontos para impostos e contribuições obrigatórias, congelamento das progressões remuneratórias, promoções a conta-gotas e proteladas no tempo, perda dramática de apoios sociais, ataque desmedido às pensões de reforma, degradação profunda do sistema de assistência na doença, retrocesso sem precedentes nos direitos socioprofissionais através de sucessivos ataques à Condição Militar que afectam a dignidade dos militares e das próprias

Forças Armadas.

Ao comemorarmos, mais uma vez, o Dia Nacional do Sargento, 123 anos passados sobre a Revolta do Porto, de 31 de Janeiro de 1891, não podemos deixar de estabelecer o paralelo entre o passado e o presente para também assim se aprenderem as lições, colher os exemplos e decidirmos os caminhos a tomar em mãos.

Sendo certo que a revolta perpetrada pelos nossos camaradas foi então vencida pelas forças do regime, não deixa de ser importante o seu contributo ao lançar as sementes que viriam a germinar com a implantação da República dezanove anos mais tarde, onde os sargentos mais uma vez, vi-

riam a desempenhar papel de relevo na sua concretização.

Determinação, empenhamento e uma coragem sem limites foram a herança deixada pelos Sargentos Abílio, Rocha e Galho, às gerações futuras. Cada um de nós, Sargentos de Portugal, é fiel depositário dessa herança e tem por isso a obrigação moral de dar continuidade à luta pela dignificação da classe a que orgulhosamente pertencemos.

Neste sentido apelamos à participação nas comemorações do Dia Nacional do Sargento, nas diversas iniciativas que decorrem em todo o território nacional e que se estenderão ao longo de duas semanas, constituindo-se como uma

oportunidade de se ouvir a classe como um todo e podermos assim projetar as lutas socioprofissionais que se avizinham duras, mas fundamentais, para recuperarmos os direitos perdidos, rechaçarmos estas políticas de miséria e avançarmos no caminho de uma vida melhor que nos permita ter esperança e perspetivar um futuro digno para os nossos filhos!

Por tudo isto, é urgente recuperar o exemplo dos heróis do “31 de Janeiro de 1891” e participar ativamente, por todo o país, nas comemorações do Dia Nacional do Sargento.

**É preciso resistir!
Unidos, confiantes e determinados, resistiremos! ▲**



Gravura alusiva ao 31 de Janeiro de 1891

Extinção do Fundo de Pensões!

No momento em que a maioria dos cidadãos procura defender-se das agressões a que vêm sendo submetidos, buscando refúgio, repouso e sossego junto dos núcleos familiares que lhes proporcione alguma distração para atenuar as injustiças e iniquidades que este governo vem impondo, mais uma vez tirando partido desta quadra festiva, aproveitando o clima de menor atenção e de alguma distração, o governo viu ontem concretizado mais um rude golpe nas condições assistenciais dos militares e consequentemente das suas famílias.

Com a publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei nº 166-A/2013, de 27 de dezembro, o governo fixa as regras que concretizam a extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (Fundo).

Em 17 de julho passado a ANS foi convocada para uma reunião com a secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SE-ADN) apenas para sermos confrontados com a decisão de extinguir o Fundo. Perante a apresentação de um facto consumado e não de uma qualquer proposta para análise e discussão, afirmámos a nossa discordância e apresentámos

alternativas à extinção do Fundo, credibilizando-o e tornando-o apetecível sobretudo para as novas gerações de militares que irão ver as suas pensões de Reforma – quando e se lá chegarem – profundamente reduzidas.

Para além da importância que o Fundo tem para as novas gerações de militares sujeitos às regras de cálculo de pensão do regime geral da segurança social e que terão uma quebra de rendimento em cerca de 50% na transição da reserva para a reforma, é necessário que aqueles que há décadas descontam vejam as suas expectativas satisfeitas. Não é aceitável a argumentação que faz com que contribuintes líquidos jamais se tornem beneficiários. Perante o texto agora publicado, haverá militares que já se encontram na situação de Reserva, descontando desde há muitos anos, que não serão nunca admitidos como beneficiários do Fundo nem mesmo do Complemento de Pensão. Para aumentar o absurdo deste diploma, e recordando que na fase da implementação do Fundo o desconto não foi na base do voluntariado mas da obrigatoriedade, hoje, se o titular quiser ser reembolsado terá de o requerer. Cómico se não fos-

se trágico!

A publicação deste texto, nunca discutido nem apresentado às associações, como erradamente se poderá depreender pelo enunciado no preâmbulo, é mais uma peça na mistificação e mentira repetidamente praticados por este governo. Quando se publica que “Foi promovida a audição das associações de militares, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto”, omitem-se outras alíneas da mesma Lei Orgânica a que não apenas o governo mas também as chefias militares estão obrigados. Passa-se assim a errada imagem de um governo dialogante e cumpridor da Lei. Mentira!

A este propósito, e ao abrigo do Dever de Tutela, seria desejável que fosse conhecida a posição das chefias militares relativamente à extinção do Fundo e à defesa do bem-estar e das condições sociais dos seus comandados.

Importa igualmente apurar as responsabilidades políticas, e eventualmente criminais, das diversas entidades que ao longo dos anos tiveram a missão de gerir as verbas e aplicações do Fundo. A culpa não pode morrer solteira e haverá neste processo alguém com responsa-



bilidades acrescidas.

A publicação de mais este atentado contra aqueles que servem e serviram nas Forças Armadas é apenas mais uma peça no grande “puzzle” que constitui a Comissão Liquidatária das Forças Armadas. Não acei-

tamos ser parte integrante de tal comissão!

Com confiança, unidos, firmes e determinados saberemos resistir!

28 de Dezembro de 2013

A Direção da ANS ▲



A ANS esteve nas comemorações populares do 25 de Abril, em 2013, marcando presença na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa

Um ministro chocado ou chocante?

Diz-se que a única coisa que choca mais que a verdade, são as mentiras que são urdidas para a esconder. Aguiar-Branco diz-se chocado com afirmações sobre a sua (cito) “honorabilidade”, afirmações em torno da questão de alegados negócios entre o escritório de advogados que detém e a empresa que pretende dar o golpe de misericórdia nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, um dos últimos exemplares do tecido industrial Português.

Há dias em conversa com um amigo, falávamos da importância dos antecedentes, nestas questões de “honorabilidade”. Acompanhem-me, por favor, numa vista de olhos pelos antecedentes do Sr. ministro:

1-Pouco tempo depois da sua tomada de posse, a ANS pediu uma audiência para apresentação de cumprimentos. Nessa audiência o ministro afirmou que só fazia uma, e apenas uma, promessa: nunca fazer nada para prejudicar as Forças Armadas Portuguesas.

Análise factual:

Sujeitou os Ramos a uma Inspeção das Finanças, vergonhosa, que atribuiu aos militares a fama de vigaristas, para no fim ninguém ser punido ou sequer julgado.

Em pouco tempo o ministro destruiu o sistema de saúde militar, os Hospitais dos Ramos trocou por um comum que não

funciona, porque foi enfiado onde estava apenas um, que mesmo assim, fruto das centenas de utentes da ADSE que recebe, já operava com limitações.

Voltou Ramo contra Ramo, acabando por retirar a tutela do HFAR ao CEMGFA, chamando-a a si mesmo.

Fez o mesmo ao IASFA, demitindo dois dos Oficiais Gerais que compunham a sua direcção, e transformando o terceiro em figura de proa de um timoneiro civil, Vogal de função, mas que põe e dispõe dos destinos do NOSSO Instituto.

Cortou mais ainda os já magros Orçamentos dos Ramos, obrigando todos os Chefes de Estado Maior a desmarcarem-se, em público, das políticas miserabilistas que põem em causa o cabal e seguro desempenho das Missões de Soberania Nacional e de defesa das populações a que as Forças Armadas estão obrigadas.

Conclusão: O senhor ministro prejudicou e prejudica as Forças Armadas, logo MENTE.

2-Afirmou há dias o Senhor ministro, a despropósito de nada, que havia que alterar a Constituição, com certeza para permitir continuar o desmantelamento das Forças Armadas e o agravamento das condições de vida dos seus militares. Dias depois, quando anunciado um protesto de militares, vem afoito o ministro clamar que a Constituição é para ser respeitada.

Num dia diz branco, no outro preto, logo é TROCA-TINTAS.

3-Durante a discussão do Orçamento da Defesa para 2014, no Plenário da Assembleia da República, foi interpelado o senhor ministro por um deputado que, saudando a presença das Associações Sócio-Profissionais Militares nas galerias, ironizou, dizendo que já que o ministro não ouvia as Associações, vinham estas ouvir o ministro.

Respondeu o aludido que já contava mais de 30 audiências às Associações.

Análise factual:

Sabe bem o ministro que a conversa reportava ao continuado desrespeito e incumprimento da Lei Orgânica 3/2001, aprovada por TODOS os partidos com assento na A.R., e que obriga o Governo a integrar as APM em grupos de trabalho constituídos para trabalhar em torno de matérias sócio-profissionais.

É tão habilidoso o ministro que criou comissões de acompanhamentos, equipas técnicas e outras derivações, nunca usando a nomenclatura “grupo de trabalho” para assim “fintar” a lei.

É tão habilidoso o ministro que sabendo que as APM são 3, dividindo as 30 pseudo audiências por 3, temos 10...

É ainda mais habilidoso porque, de facto, recebeu a ANS duas vezes, quando tomou posse, e quando os novos Órgãos Sociais

da ANS tomaram posse. Todas as outras “reuniões” foram com os seus secretários de Estado ou com o director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar. O que não teria mal, se fossem de facto reuniões de trabalho, mas lamentavelmente, foram sempre para nos pôr perante factos consumados, ou para (a nosso pedido) ouvirem pretensões urgentes a que nunca deram qualquer feedback.

Conclusão:

Será que isto é trabalhar em torno de matérias sócio-profissionais? NÃO!

Será então a verdade? Não! Por isso mais uma vez o ministro MENTE

Ora com tais antecedentes, senhor ministro, o chocado sou eu, e o princípio da presunção da inocência está tão abalado como o princípio da não retroactividade das leis que o seu Governo (e o anterior) atropela a bel-prazer.

E falando de governos anteriores, não deixa de ser quase anedótico, não fosse a seriedade do assunto, ouvir o ex-Presidente da República que promulgou a lei que passava os Estaleiros de Viana do Castelo a Sociedade Anónima (primeiro golpe na sua destruição) vir agora a terreiro criticar o ministro por dar o golpe de misericórdia.

Paulo Contreiras

Vice-presidente da Direcção ANS ▲

HOMENAGEM A JOSÉ BARATA

Atentado nos apoios sociais

No dia 31 de Agosto, numa iniciativa organizada e promovida pela URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, foi homenageado o nosso camarada Sargento-Ajudante José Barata, Comendador da Ordem da Liberdade, ex-Tarrafalista e último sobrevivente da Revolta dos Marinheiros de 1936. A passagem do seu 97º aniversário e o percurso de toda uma vida de cidadão de grande referência foram o mote para esta homenagem que decorreu no salão do Clube Estefânia, em Lisboa. A sala encontrava-se completamente cheia de amigos e camaradas representando os mais diversos sectores da sociedade portuguesa. Para além de dirigentes da ANS, encontravam-se nesta homenagem representantes da Associação de

Praças, da Associação 25 de Abril, da Confederação das Coletividades, do Clube Estefânia, do Teatro de Mulheres, do Movimento Democrático de Mulheres, do PCP, da CGTP.

Se sectores tão diversos da sociedade portuguesa percebem as razões em que assenta uma homenagem deste tipo, dirigida a alguém que tanto lutou pela liberdade, igualdade e melhores condições de vida para os portugueses em geral, o mesmo não sucede com organismos que deveriam ser, por maioria de razão, os primeiros a assegurar as condições de assistência e apoio que permitam qualidade de vida com dignidade nesta fase avançada da vida de um homem como o José Barata.

E neste aspecto, como em muitos outros, o governo e os seus agentes colocados em lugares chave sabem o que estão fazer, têm objectivos definidos e sabem as consequências das suas decisões.

O conjunto de medidas adotadas no que respeita à saúde militar, que tiveram o início do seu desmantelamento em 2005, com a publicação do Decreto-Lei 167/2005, formalizando a decisão de fundir as ADM em nome de uma suposta racionalização, embora nalguns aspectos pareçam desconexas e contraditórias, prosseguem o objectivo de afastar os militares e as suas famílias do acesso à

saúde, nomeadamente aqueles que já não se encontram na vida activa, ou seja, aqueles que deram os melhores anos das suas vidas a servir o país nas Forças Armadas.

As dificuldades que hoje se enfrentam para obter uma consulta ou fazer um exame, conduzem muitos à desistência de seguir por essa via. Se a isto se somar a desarticulação administrativa, consultas de várias especialidades que se realizam em locais dispersos, crescem os factores que afastam os utentes da procura dos seus serviços e alimentam a perigosa conversa (intencional e nada inocente) de que “vale mais procurar um seguro de saúde”!

A decisão do governo em promover esta dita reforma, que mais não é do que o desmantelamento da saúde militar, não é de forma alguma um problema de inabilidade. É antes uma consciente opção! É mesmo uma questão ideológica!

A destruição da acção social complementar e dos respectivos apoios sociais segue o mesmo critério, com enorme teimosia e muito pouca sensibilidade social. Bem ilustrativo disto



foram as alterações introduzidas nos equipamentos sociais e os montantes que são pedidos hoje a um militar para ter acesso a um quarto nas residências sociais. Como exemplo gritante desta falta de sensibilidade e falta de reconhecimento pela obra de uma vida é o aumento de 40% na renda aplicado ao nosso camarada José Barata. Conjugadamente aos montantes agora pedidos, os cortes efectuados nas pensões e os preços mais elevados do custo de vida, tornam praticamente impossível a permanência deste e de tantos outros camaradas nos equipamentos sociais que se deveriam destinar a assegurar um final de vida com tranquilidade e merecida dignidade!

Este tipo de gestão insensível deve merecer de todos nós o mais veemente protesto e contestação. ▲



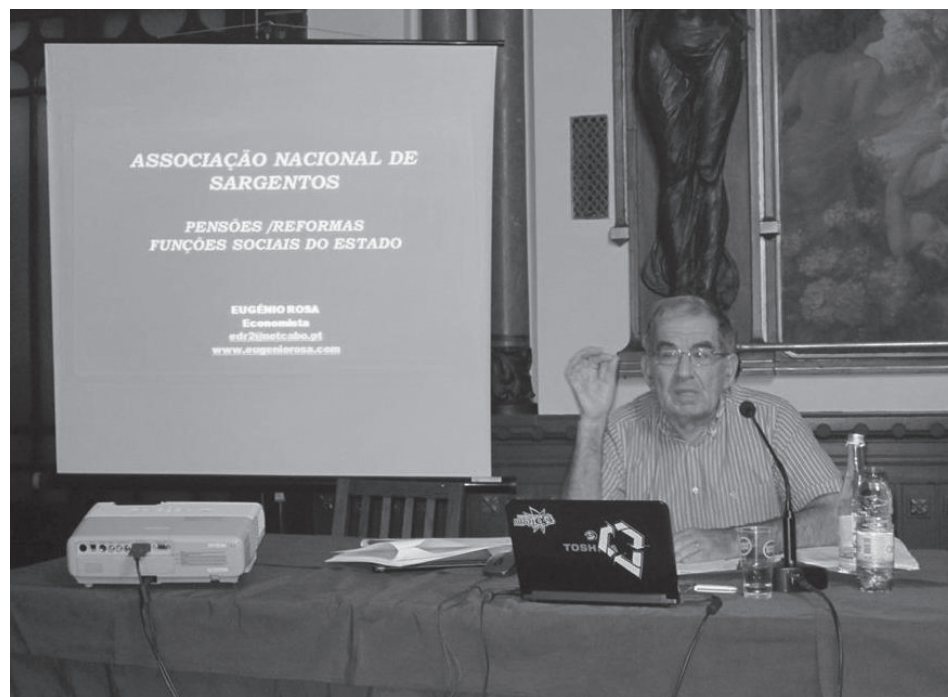
Debate “Este país não é para velhos”

A insustentabilidade do sistema de segurança social tem sido usada como argumento, por comentadores, economistas e agentes políticos, para a redução das funções sociais do estado, perseguindo o objectivo do *estado mínimo* numa interpretação restritiva da Constituição da República, quando não mesmo propondo abertamente a sua alteração ou violando de forma flagrante o conceito de estado que esta enforma. Esta opinião não é, contudo, consensual, havendo uma série de economistas de opinião diversa, apresentando outras justificações para as dificuldades de financiamento da Segurança Social (SS).

No sentido de tentar esclarecer os seus associados e os sargentos em geral, usando o direito que lhe assiste de promover actividades de carácter deontológico – e porque a redução das funções sociais do estado tem tido implicações na qualidade de vida dos sargentos das Forças Armadas e suas famílias –, a ANS realizou no dia 10 de Outubro, na Casa do Alentejo, em Lisboa, um debate sobre esta temática. Este debate, sob o lema «*Este país não é para velhos*», contou com a presença de Eugénio Rosa, um dos economistas que tem colocado em causa a visão da falência do estado social.

O debate foi aberto pelo presidente da ANS, Lima Coelho, enumerando vários dos problemas decorrentes dos cortes que, ao abrigo da redução do estado, estão a afetar os militares. Iniciou a sua intervenção abordando as recentes alterações na atribuição do suplemento de residência que implicaram a perda, a muitos camaradas deslocados das suas unidades de preferência, do direito a este subsídio. O aumento do desconto para a ADM, numa altura em que o problema da inscrição ou renovação de cartões dos chamados “protocolados” – os cônjuges que não pertencem a qualquer outro subsistema de assistência na doença – não está ainda resolvido, foi outra das preocupações referidas, não esquecendo de frisar que a ADM é obrigatória – e bem – para todos os militares, não se podendo comparar a um seguro voluntário de saúde.

Lima Coelho mencionou também a lei que aumenta em um ano o tempo mínimo de permanência nos postos para promoção, referindo a sua colocação num diploma que não tem qualquer relação com as Forças Armadas ou com o Ministério da Defesa Nacional, a chamada “*Lei das 40 horas*”, e o episódio da passagem pouco dignificante deste artigo pela Comissão de Defesa do Parlamento. Sobre esta lei foi ainda relevado o facto de provocar uma diferenciação de tratamento entre militares, uma vez que, talvez *por esquecimento*, o art.º 14º do Decreto-Lei 236/99, de 25 de Junho, continua em vigor, fazendo com que este aumento de um ano de tempo para promoção não se aplique



aos militares por ele abrangidos, os das «*classes da categoria de sargentos alimentadas exclusivamente por praças do QP*». Esta lei pode ainda implicar que alguns camaradas sargentos que passam à reserva até 2014 não sejam promovidos, facto para o qual Lima Coelho deixou o alerta. Uma vez que a validade desta norma termina com a entrada em vigor do novo EMFAR, Lima Coelho não deixou de se interrogar sobre o secretismo em que este documento está a ser elaborado, considerando *ofensivo* o ensurdecido silêncio das chefias militares.

O presidente da ANS terminou a sua intervenção questionando o paradeiro das verbas poupadas com a demora nas promoções, já que estavam cabimentadas nos orçamentos dos ramos desde o início do ano. Após esta intervenção o público presente teve a oportunidade de colocar várias questões e denunciar situações a que Lima Coelho respondeu de forma geral.

Seguiu-se a apresentação de Eugénio Rosa sobre as funções sociais do estado. Nesta apresentação, sempre fundamentada com dados de fontes públicas (INE, Eurostat, etc.) e que pode ser consultada na página da ANS na Internet, o economista começou por

fazer um ponto de situação sobre as finanças públicas, realçando o brutal aumento da dívida portuguesa após a chegada da *troika*, com a consequente necessidade da obtenção de receitas para a pagar aos credores. Tendo a despesa com os juros da dívida pública, entre 2009 e 2013 aumentado 89%, as receitas para os pagar têm sido, como qualquer cidadão pode constatar e Eugénio Rosa provou com dados reais, encontradas no *encolhimento* das funções sociais do estado. Por exemplo, as transferências para o Serviço Nacional de Saúde diminuíram 4,9%, mesmo quando os gastos com a saúde do estado português já são inferiores aos da média dos países da União Europeia. De facto, todas as despesas com as funções sociais do Estado estão em queda, com excepção das referentes ao subsídio de desemprego e acção social, por razões óbvias: 1,9 milhões de portugueses, quase 18% da população, encontram-se já a viver no limiar da pobreza e esse número só não chega aos 4,8 milhões devido às pensões e outras prestações sociais.

É de realçar que a Segurança Social sempre apresentou resultados positivos elevados, situação que só se alterou devido à crise económica e financeira.

No entanto, Eugénio Rosa salientou que mesmo esta situação tem soluções, podendo ser revertida: cobrar as dívidas acumuladas à Segurança Social, combatendo de forma eficaz a evasão e fraude contributiva e implementando uma política de criação de emprego para aumentar as contribuições ao mesmo tempo que diminui as despesas com o subsídio de desemprego, permitiria que a Segurança Social voltasse a conseguir equilibrar as suas contas.

Também as dificuldades da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foram abordadas nesta apresentação, tendo sido apresentadas as suas causas. A não contribuição, por parte do estado, da sua parte dos vencimentos dos trabalhadores, como acontece em qualquer empresa, a transformação da CGA num sistema fechado, ao impedir novas inscrições e o aumento das aposentações devido à insegurança do emprego em funções públicas, tiveram como resultado um enorme aumento da despesa em conjunto com uma diminuição das receitas. A transferência dos fundos de pensões de várias empresas públicas (à data – ANA, CGD, PT, Marconi) agravou a situação.

Por outro lado, a tão publicitada *convergência* da Segurança Social com a CGA foi apresentada como uma violação dos princípios gerais de um estado de direito – a segurança jurídica, confiança e proporcionalidade – porque quebra unilateralmente contratos firmados, corta nas pensões e salários e toma como alvo preferencial os funcionários públicos, criando um clima de insegurança generalizada no trabalho. Com as regras de cálculo de pensões que o governo quer impor, as pensões da CGA ficarão com um valor inferior às da Segurança Social, demonstrando assim a mentira e manipulação da opinião pública pretendidas com o argumento da convergência.

Eugénio Rosa terminou a sua apresentação com vários quadros demonstrando o que o governo tem preparado para 2014, através do Orçamento de Estado, como os despedimentos e mobilidade na Função Pública (FP), aumentos nos descontos para os subsistemas de saúde (ADSE, ADM), aumento no horário de trabalho e consequente diminuição do trabalho extraordinário, corte nas tabelas salariais da FP e nas pensões de aposentação e os cortes nas funções sociais do estado, como a educação, a saúde e a cultura.

Na última parte do debate José Pereira, tesoureiro da ANS e Mário Ramos, vice-presidente, fizeram duas intervenções tendo como tema, respectivamente, os cortes escondidos nos vencimentos dos militares e o entrave que os ataques à Constituição têm representado para a perseguição da ideologia do governo. Lima Coelho encerrou o debate apelando à união de todos nas lutas que se avizinham. ▲



A austeridade é ilegal: os sindicatos europeus exigem uma mudança de políticas

A troika actua contra as leis comunitárias e contra os direitos humanos, afirma reputado jurista.

De acordo com o Prof. Andreas Fischer-Lescano, professor no Centro de Leis e Políticas Europeias (ZERP), na Universidade de Bremen (Alemanha), a política de austeridade dos Países da União Europeia é ilegal. Tal é a conclusão dum estudo elaborado para sindicatos austríacos e para a própria Confederação Europeia de Sindicatos (CES), e apresentado em 28 de Novembro, em Viena, a advogados de toda a Europa.

A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu estão, devido ao seu envolvimento na troika, a quebrar a lei primária da União Europeia, já que o Tratado de Lisboa também engloba a Carta de Direitos Fundamentais.

Os países da EU que aprovam o Memorando de Entendimento no Conselho Governativo do Mecanismo Europeu de Estabilidade, estão vinculados aos Direitos Humanos Fundamentais, afirma o Prof. Fischer-Lescano, que mais adianta que a crise não inutiliza as leis vigentes na EU.

A nível Nacional este assunto foi objecto de decisões por Tribunais Constitucionais, afirma Fischer-Lescano, tomando Portugal como exemplo. O Parlamento Europeu tem de agir, diz o professor: "O Parlamento tem que dar um fim a esta política de bastidores".

"Por toda a Europa os sindicatos lutaram arduamente e durante muito tempo contra a austeridade, e exigem uma mudança fundamental na política seguida" disse Bernhard Achitz, secretário geral da Federação de Sindicatos da Áustria.

"Já basta de cortes drásticos nas funções sociais do Estado, de restrições nos direitos básicos dos sindicatos, como a abolição dos contractos colectivos de trabalho, basta de reduções nos ordenados mínimos, etc., etc."

Para fundamentar do ponto de vista jurídico esta opinião, a CES e os sindicatos Austríacos pediram um parecer:

"Os resultados são muito claros. A política de austeridade seguida é socialmente injusta, economicamente pouco

razoável e tem que terminar imediatamente. É má para as pessoas, é má para a Europa, e é ilegal" afirma Achitz.

Este relatório reforça a exigência dos sindicatos Europeus por uma mudança radical de rumo e por um plano de investimentos Europeu, tal como o que foi recentemente proposto pela CES, afirma Achitz. "Há que investir nas funções sociais dos Estados em vez de executar políticas míopes de austeridade, e a Carta de Direitos Fundamentais tem que deixar de ser apenas um pedaço de papel, e ser respeitada pela política da UE."

"Desde que começou a crise financeira em 2008, os Estados Membros tomaram inúmeras medidas que pretendiam cortar a despesa pública e reduzir os défices orçamentais. Estas medidas de austeridade também tiveram como alvo os direitos sociais e conduziram a uma desregulamentação das leis laborais a nível nacional bem como ao dismantelamento dos contractos colectivos de trabalho", afirma Veronica Nilson, secretária geral da CES.

"A situação é bem pior nos Países onde a troika exigiu a aplicação de medidas a longo-prazo. Impuseram cortes nos salários mínimos, e interferiram com a contratação colectiva, forçando a que a mesma passasse a ser feita ao nível de cada empresa.

"O estudo do Prof. Fischer-Lescano fortalece o nosso argumento de que temos de contestar por via legal a legitimidade das medidas de austeridade. Os Sindicatos já tiveram algum sucesso em procedimentos de queixa colectiva junto do Conselho da Europa."

Nota: A Confederação Europeia de Sindicatos (CES/ETUC) existe para falar a uma única voz em nome dos interesses dos trabalhadores Europeus. Fundada em 1973, representa neste momento 85 organizações sindicais em 36 Países Europeus. De Portugal, fazem parte da CES a CGTP e a UGT.

A CES/ETUC pode também encontrar-se no Facebook, Twitter, YouTube e Flickr. ▲

Breves

Pagar mais para ter piores serviços

Os descontos para a ADM não param de aumentar e irão ser de 2,5% em 2014. Simultaneamente, diminuem os serviços convencionados, atrasam o pagamento das participações, os beneficiários protocolados tornaram-se numa autêntica confusão, gerando desigualdades inaceitáveis que minam a coesão militar e corroem a própria condição militar e as Forças Armadas.

Ao arrepio das opiniões expressas pelos militares, através das suas associações representativas e da Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, o governo prepara-se para alterar o regime de assistência na doença aos militares, acabando com a figura do beneficiário protocolado e criando em sua substituição o beneficiário extraordinário, impondo a estes a obrigatoriedade do pagamento de uma quota no valor de 2,5% do seu rendimento.

Desta forma, o Governo desfere mais um golpe no rendimento familiar dos militares, ou será que, por esta via, estejam a empurrar os conjugues para fora do sistema? ▲

MDN não sabe!...

Quando Aguiar Branco apresentou, na Comissão de Defesa, o OE para 2014 referente à Defesa Nacional, apresentação à qual assistiram dirigentes das Associações Sócio-Profissionais de Militares, entre várias questões apresentadas pelos deputados, às quais o ministro ia respondendo num verdadeiro exercício de mistificação, ressalta a pergunta formulada pelo deputado António Filipe "o que vai acontecer ao Hospital Militar do Porto?"

Provavelmente, por não esperar tal pergunta, e não ter ensaiado a respectiva resposta, Aguiar Branco disse "relativamente ao HMP não sei nada".

Então quem sabe? Serão os guarda-costas do Sr. ministro? Tamanho "desconhecimento" não trás nada de animador, antes pelo contrário, vindo da parte de quem vem só nos pode trazer profunda preocupação. ▲

Hospital das Forças Armadas nasce gravemente doente

Em nome da racionalização foi criado o HFA no Ex-Hospital da Força Aérea e encerrados os Hospitais da Marinha, Militar de Belém e Militar Principal (Estrela).

Tal como suspeitávamos e fomos alertando, o resultado obtido de racionalização tem muito pouco, mas muito de degradação e destruição dos cuidados de saúde prestados aos militares e seus familiares.

Marcar consultas de especialidade demora meses, muitas das vezes nem é possível marcá-las "tente daqui por dois meses", é a resposta dada pelos serviços à tentativa de o fazer, para depois ser marcada para uns meses depois. As urgências são um mero exercício de sorte ou azar, face ao reduzido número de médicos se um militar (mesmo no activo) necessitar de uma observação cardiológica, tem grandes probabilidades de ser assistido por um anestesista ou por um psicólogo e ser encaminhado para S. José para fazer exames que o HFA tem materialmente capacidade de fazer.

Os enfermeiros foram, numa primeira fase, todos concentrados no HFA, concluindo-se depois serem demasiados para estrutura existente para, de seguida, sem obedecer a quaisquer regras, começarem a ser transferidos para outras unidades militares.

Em cima dos cacos desta destruição, altaneiro o MDN gaba-se embavecido pela concretização de mais uma reforma. Nós, militares, havemos de responsabilizá-lo por esta destruição. ▲

CORREIO DOS LEITORES

Se não sabem governar, demitam-se!

Se não sabem governar, demitam-se! Por esta altura do ano de 1973, Portugal sustentava cerca de 200000 homens em armas para combater contra movimentos de libertação em África. Calados por ditadores e desinformados pela propaganda, a maioria dos Portugueses não se apercebia da instabilidade nos quartéis provocada por decretos feitos no joelho do então ministro da Defesa e do Exército. A temperatura dos gabinetes nos ministérios militares aumentou e os decretos foram suspensos em outubro.

A atitude e revolta de muitos capitães e majores, apoiados pelos Generais CEMGFA e Vice-CEMGFA, obrigaram Marcelo Caetano à célebre remodelação ministerial de novembro e impediu o golpe de Estado que Kaulza de Arriaga preparava. O ministro da Defesa e do Exército caiu e os decretos foram revogados. Mas o desgoverno do sistema de Defesa tinha ido tão longe que a experiência e habilidade do novo ministro não valeu para mais do que 4 meses. Em março de 1974, dois Generais e um Almirante foram demitidos, uma coluna militar marchou sobre Lisboa, militares foram presos ou afastados e rapidamente tudo foi abafado, com televisão, rádio e jornais prosseguindo no seu trabalho de desinformação. Marcelo Caetano continuava a acreditar somente nos seus colaboradores e conselheiros militares e só no quartel do Carmo se apercebeu que eles lhe tinham dito apenas o que ele gostava de ouvir. O então Chefe do Estado esgotou a paciência de muita gente para aceitar que já não era o que queria continuar a ser e só a voz mais grossa de alguns militares o chamou à realidade. Quarenta anos passados, os Portugueses custeiam outra guerra, com combatentes de armas sofisticadas que matam muitos mais do que as minas e balas. Uma guerra que espalha fome e miséria. Uma guerra onde o actual ministro da Defesa também intervém como o outro com decretos marcados pelo seu joelho diminuindo as Forças Armadas e provocando instabilidade nos quartéis abafada por propagandistas de serviço. Foi dramático assistir na Assembleia da República como este ministro deu prova pública de que hoje, como dantes, os seus colaboradores e conselheiros militares lhe dizem aquilo que ele gosta de ouvir.

É revoltante que o ministro da Defesa dê mostra de que a Constituição de 1976 não facilita o seu trabalho mas consiga subir para receber honra dos militares que em parada juraram defender a Pátria perante a Bandeira que a Constituição protege. É grave, muito grave mesmo, que o primeiro-ministro ofereça aplauso a tal ministro da Defesa e ignore a carta anteontem aberta pela Associação dos Oficiais das Forças Armadas que, juntamente com as Associações dos Sargentos e das Praças, têm vindo a exercer cidadania com distinção oferecendo generosos contributos para melhorar a situação precária das Forças Armadas, contributos esses, malévolos e invariavelmente ignorados pelos governantes. É preocupante o aparente silêncio do Chefe do Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas. É assustador que tudo isto aconteça e dê oportunidade para arautos espalharem rumores de que Generais pretendem rodear o General Eanes no próximo dia 25 de novembro. — Para quê? Para salgar feridas? Para diminuir ainda mais o prestígio das Forças Armadas?

Às FA e seus servidores bastará em cada 25 de Abril poder comemorar a madrugada libertadora de 1974 e a promulgação da Constituição de 1976 que juraram defender, juramento que honradamente observam e que não querem ver contrariado por ministros que teimam em não ouvir os tambores que rufam nos quartéis. Portugal e os Portugueses merecem melhores governantes, com sentido de Estado mais sabedoria e mais prudência, capazes de diminuir o drama, moderar a gravidade, entender a revolta e que nunca esqueçam que os seus compatriotas são seres humanos. Que governem! Se não sabem governar, demitam-se!

Serafim da Silveira Pinheiro

Capitão de Fragata na situação de Reforma ▲

Cooperação Ibérica

APM portuguesas reuniram-se com a AUME



No seio da EUROMIL há diversas organizações regionais. Uma delas agrega várias associações da área Sul da Europa e Mediterrâneo (Portugal, Espanha, Itália, Chipre, e Grécia). Espaço de discussão, análise e propostas comuns, o FMMA (Forum of Mediterranean Military Associations) procura, dentro da EUROMIL, trazer à luz do dia a situação do associativismo militar desta região da Europa, os problemas dos militares destes países, de modo a incluir na atividade daquela organização europeia de sindicatos e associações de militares um olhar especial sobre a realidade dos países do Sul da Europa.

Por razões geográficas, históricas e culturais, Portugal e Espanha têm muitas semelhanças (apesar das grandes diferenças e até divergências noutros sectores) que importa potenciar, tendo em conta que há muito caminho comum a percorrer na dignificação e melhoria das condições de vida dos militares dos dois países.

Foi assim que uma delegação da AUME (Asociación Unificada de Militares Españoles), constituída por três elementos, Fidel Gómez Rosa, Miguel Ángel López e Oscar Tordesillas Duro, se deslocou a Portugal, em 26 de outubro, para uma reunião já agendada há algum tempo, cuja ordem de trabalhos incluiu áreas consideradas importantes pelas direções das quatro APM ibéricas reunidas (ANS, AOFA, AP e AUME), a saber:

- Condução de uma estratégia comum no seio do 'Board' da EUROMIL, por forma a manter as realidades dos países do FMMA na ordem do dia;

- Comparação de legislação e direitos entre os dois países e com as Diretivas europeias, para exigência de cumprimento do que os Governos assinam em Órgãos Europeus e não cumprem depois nos seus países (por exemplo, em termos de jornada de trabalho);

- Propostas para a realização de iniciativas comuns em Portugal e Espanha (de que foi exemplo a presença de uma delegação da Direção da AUME na Concentração promovida

pela ANS do passado dia 12 de novembro, em frente à AR).

A ANS considera fundamentais as relações internacionais com as APM e sindicatos militares europeus. Por isso, quer no âmbito da EUROMIL, quer ao nível de outras iniciativas desenvolvi-

das debaixo da sua umbrela, sempre procurou caminhos para, também ao nível supranacional, lutar pelos direitos do Cidadão em Uniforme. Esta é, e será, outra das frentes da actividade da associação representativa dos Sargentos de Portugal. ▲



Da esq. para a dir.: Santos Pereira (AP), Miguel Lopéz e Óscar Tordesillas (AUME) Lima Coelho (ANS), Manuel Cracel (AOFA), Luís Reis (AP) e Fidel Rosa (AUME)

Direitos Humanos nas Forças Armadas no Sul da Europa

A proteção dos Direitos Humanos dos Cidadãos em Uniforme nos Países do Sul da Europa foi o tema de um seminário internacional sobre o papel das associações de militares, realizado num hotel em Madrid, no dia 19 de novembro. Participaram associações e sindicatos militares do Chipre (NCOACA e CAO), da Grécia (ETAL e ANAED), de Montenegro (SOVCG), de Itália (ASSODIPRO e PASTRENGO), de Espanha (AUME) e de Portugal (ANS, AOFA e AP).

Este evento foi organizado pelas EUROMIL e ODIHR (*Office for Democratic Institutions and Human Rights* – Gabinete das Instituições Democráticas e Direitos Humanos) da OSCE, cujos responsáveis, Emmanuel Jacob e Snjezana Bukolic, respetivamente, fizeram a abertura e encerramento dos trabalhos.

Com um formato de mesa redonda, o seminário decorreu ao longo do dia com três painéis distintos, cada um deles comportando uma parte de apresentação seguida de debate.

O primeiro painel, moderado por Oyvind Høyen, da ODIHR/OSCE, teve como tema “Padrões Internacionais e Boas Práticas sobre os Direitos Humanos dos Militares”. Foram oradores o professor Ian Leigh, diretor da Universidade Durham, do Reino Unido, e Daniel Cangemi, responsável pela Divisão de Política e Lei dos Direitos Humanos do Conselho da Europa.

O segundo painel, subordinado ao tema

“Liberdade de Associação e Estatuto das Associações Militares no Sul da Europa”, foi dividido em duas partes. A primeira parte, moderada por Caroline Henrion da EUROMIL, teve como oradores Oscar Tordesillas, membro da direção da associação espanhola AUME, coronel Jerónimo Domínguez Bascoy, director da Escola Militar de Estudos Jurídicos de Espanha, Constantinos Chailis, membro da direção da associação cipriota CAO, e Andreas Gennaris, representante da direção de Política de Defesa e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa de Chipre.

A segunda parte deste painel, moderada por Johan Ohlén, membro da direção do sindicato sueco SAMO, teve como oradores Fabrizio Menegoli, membro da direção da associação italiana ASSODIPRO, Nenad Cobiljic, presidente do sindicato montenegrino SOVCG, e Zorica Djukic, assessora da Direção de Recursos Humanos do Ministério da Defesa de Montenegro.

No terceiro e último painel, moderado por António Lima Coelho, da ANS, e subordinado ao tema “Promoção de Condições para que as Associações Militares Exercam a Salvaguarda dos Direitos Humanos”, foram oradores Ivan Van den Bergh, chefe do gabinete do Ministro Belga da Defesa, e Emmanuel Jacob, presidente da direção da EUROMIL.

Para além das associações e sindicatos dos países participantes, dos oradores e

moderadores mencionados é de realçar a presença de uma representante da Direção Geral da Política de Defesa Nacional, do Ministério da Defesa de Portugal, Dr.ª Estela Pereira.

Este seminário foi mais uma excelente plataforma para partilhar experiências e pontos de vista sobre o direito de associação e sobre os direitos constitucionais dos militares dos países do Sul da Europa.

Todos os presentes foram confrontados com a realidade portuguesa quando ela foi exposta e comparada com a de outros países, presentes ou não. Quando nas instituições europeias os nossos governantes apresentam a Legislação portuguesa como

aquilo que é, inovadora, avançada e respeitadora dos direitos, liberdades e garantias da Constituição Portuguesa, essa apresentação não condiz, contudo, com a exposição da prática quotidiana (de desrespeito a essas mesmas Constituição e leis) longe dos gabinetes e fóruns europeus e/ou internacionais. É deste aspecto pouco conhecido da maioria dos cidadãos que sobressai a importância da participação da ANS em Organizações e eventos internacionais: a exposição sem intermediários da realidade associativa e dos direitos dos militares portugueses. Assim se passasse nas várias audiências e encontros com as instituições estatais portuguesas. ▲



ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Dificuldades de vária ordem levaram a que este ano de 2013 fosse reduzida a edição de números do nosso jornal “O Sargento”. Mas se é reduzida a edição de números do jornal já o mesmo não se pode dizer da atividade associativa a que fomos chamados. Foi intensa e exigente! Apresentamos um resumo dessa atividade, sem no entanto aqui referirmos as dezenas de reuniões das CPR, de Secretariado, de Direcção ou de Órgãos Sociais da nossa ANS. Contudo, pelo relato abaixo descrito facilmente se percebe o “Quão Difícil nos Temos Movido” na defesa das causas dos Sargentos de Portugal e suas Famílias.

26ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, C.Colaço;
27ABR – Manifestação promovida pela AUME, em Madrid, em solidariedade com o seu presidente Jorge Bravo. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão;
27ABR – Cerimónia comemorativa do aniversário do 25 de Abril promovida pelo CSA, na Delegação, no Feijó. ANS representada por J.Bernardo;
27ABR – Cerimónia de inauguração da exposição alusiva ao centenário de Álvaro Cunhal, no Pátio da Galé, em Lisboa. ANS representada por A.Taveira;
28ABR – Cerimónia comemorativa do aniversário do 25 de Abril promovida pelo CPA, na Cova da Piedade. ANS representada por P.Tomáz;
04MAI – Cerimónia do 74º aniversário do Arsenal do Alfeite promovida pela Casa de Pessoal do AA, no Laranjeiro. ANS representada por L.Coelho;
05MAI – 29º aniversário da Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por A.Ferreira, J.Bernardo;
10MAI – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Contreiras, A.Taveira;
14MAI – 39º aniversário da ADFA, na sede nacional em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
17MAI – Audiência com MDN, SEADN e DGPRM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Contreiras, A.Taveira;
18MAI – Aniversário do núcleo de Pinhal Novo da Liga de Combatentes. ANS representada por V.Geitoeira;
18MAI – Concerto do coro polifónico do Clube do Sargento da Armada na Fragata D. Fernando e Glória, em Cacilhas. ANS representada por L.Coelho;

18MAI – Concerto promovido pela Casa de Pessoal do Arsenal do Alfeite, no Laranjeiro. ANS representada por P.Contreiras;
20MAI – Reunião com a Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança na sede da ASPP/PSP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, J.Pereira;
22MAI – Audiência com General CEME. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, M.Pereira, C.Colaço;
24MAI – Cerimónia de abertura do XV Congresso do SCIF-SEF, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
24MAI – Reunião das Direcções das APM na sede da AP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira;
28MAI – Reunião com a FNS-TFP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira;
29MAI – Audiência com SEADN. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos;
29MAI – Encontro Nacional das Forças e Serviços de Segurança, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
30MAI – Concentração promovida pelas APM junto às instalações da Direcção do IASFA, em Lisboa;
31MAI – Resposta a um pedido de reunião com candidatos (CDU) às autárquicas em Lisboa, na sede da ANS. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, A.Martins;
05JUN – 1º Encontro de Reformados da Administração Pública, em Lisboa. ANS representada por A.Martins;
10JUN – Cerimónia comemorativa do 10 de Junho, em Belém. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos;
12JUN – Reunião com a Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança na sede da ASPP/PSP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão;
13JUN – Reunião com Sargentos, em Beja. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Martins;
14JUN – Vigília junto do MDN promovida por pais e antigas alunas do Instituto de Odivelas. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, A.Martins;
15JUN – Comemoração do 24º aniversário da ANS, em Lisboa;
17JUN – Reunião com Sargentos, no Funchal. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, J.P.Santos, J.Mendes;
19JUN – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos,

L.Bugalhão;
20JUN – Reunião com Sargentos, em Évora. ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras, V.Geitoeira;
20JUN – Reunião com militares, em Braga. ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras, V.Geitoeira, J.Mota, J.Ferreira;
25JUN – Reunião com a Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança na sede da ASPP/PSP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira;
02JUL – Reunião com Sargentos, em Vendas Novas. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira, J.Cajadão;
04JUL – Reunião com a CCP das Forças e Serviços de Segurança na sede da ASPP/PSP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira;
08JUL – Conferência de Imprensa conjunta ANS, AP e a CCP das Forças e Serviços de Segurança, no Hotel Mundial, em Lisboa;
17JUL – Audiência com SEADN. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão;
29JUL – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras;
30JUL – Presença nas galerias da Assembleia da República, votação da Moção de Confiança. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, A.Martins;
31AGO – Cerimónia promovida pela URAP de homenagem ao Comendador José Barata, no Clube Estefânia, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
04SET – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, no CAS-Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira;
05SET – Cerimónia de lançamento de um livro do SMOR José Soares. ANS representada por L.Coelho;
09SET – Reunião com o CPPC, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
10SET – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho;
14SET – Cerimónia do Dia da Praça e comemoração do 77º aniversário da Revolta dos Marinheiros, promovidas pela AP, no Feijó. ANS representada por A.Taveira, L.Bugalhão;
14SET – Comemoração do 40º aniversário da primeira reunião que conduziu ao 25 de Abril, em Alcáçovas. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira;
15SET – Cerimónias do 31º aniversário da ANCU, em Tondela. ANS representada por J.M.Pereira;

17SET – Cerimónia de inauguração das obras no CPA, na Cova da Piedade. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira;
19SET – Reunião com Sargentos, em Vendas Novas. ANS representada por L.Coelho, V.Geitoeira;
19SET – Iniciativa promovida pela CPPC, em Lisboa. ANS representada por A.Martins;
21SET – Cerimónia do 27º aniversário do CSFA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
25SET – Reunião preparatória dos 40 anos do 25 de Abril, no CSA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
26SET – Reunião com militares no Entroncamento, na sede da ASMIR. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, M.Pereira;
28SET – Reunião de Sargentos nas Lajes, Terceira, Açores. ANS representada por L.Coelho;
05OUT – Homenagem promovida pelo jornal “O Sargento” aos “Nove Bravos da Rotunda”, na Rotunda do Marquês de Pombal, em Lisboa;
05OUT – Homenagem promovida pela ACR a Ary dos Santos, na Voz do Operário, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;
07OUT – Reunião com a FNSTFP e Eugénio Rosa, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, J.Pereira;
10OUT – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Pereira, P.Branco, L.Bugalhão;
10OUT – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS/PP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Pereira, P.Branco, L.Bugalhão;
10OUT – Debate sobre os cortes previstos pelo Orçamento do Estado, promovido pela ANS na Casa do Alentejo, em Lisboa;
11OUT – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, T.Campos, A.Ferreira, C.Colaço;
17OUT – Reunião com DGPRM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão;
17, 18, 19OUT – 108º Presidium da EUROMIL, em Bruxelas. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Contreiras;
26OUT – Reunião das APM com a AUME, na sede da ANS em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, AP representada por L.Reis, F.S.Pereira. AOFA representada por M.Cracel. AUME representada por M.Lopez, O.Tordesillas, F.Gomez;
04NOV – Discussão na Assembleia da República do OE2014/Defesa. Delegação de dirigentes das APM presentes nas galerias;
08NOV – Reunião com Sargen-

tos, no Funchal. ANS representada por L.Coelho, J.P.Santos, J.Mendes;
09NOV – Cerimónia em Belém relativa ao 95º aniversário do Armistício da 1ª Guerra Mundial, 90º aniversário da Liga de Combatentes, 39º aniversário do fim da guerra colonial. ANS representada por M.Ramos;
12NOV – Concentração junto à Assembleia da República, promovida pela ANS;
14NOV – Reunião preparatória dos 40 anos do 25 de Abril, no CSA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
19NOV – Seminário sobre Direitos Humanos nas Forças Armadas, em Madrid, promovido em conjunto pelas OSCE-ODIHR e EUROMIL, com o apoio da AUME. ANS representada por L.Coelho;
21NOV – Manifestação das Associações e Sindicatos das Forças e Serviços de Segurança, em Lisboa. Presente delegação da ANS composta por M.Ramos, M.Pereira, L.Bugalhão, A.Martins;
25NOV – Iniciativas nas unidades. Cerimónia da Bandeira e permanência nas unidades, a nível nacional;
28NOV – Debate sobre a CRP e as Funções Sociais do Estado, promovido pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;
06DEZ – Reunião das Direcções das APM na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, A.Martins;
10DEZ – Cerimónia na Biblioteca da A.R. promovida pelo GP-PCP. ANS representada por L.Coelho;
16DEZ – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos;
18DEZ – Iniciativa conjunta ANS/AOFA/AP junto da Casa Militar da Presidência da República.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento”, estão já em preparação as comemorações do 123º aniversário do “31 de Janeiro de 1891 – Dia Nacional do Sargento”, bem como do 40º aniversário do “25 de Abril de 1974” e do 25º aniversário da ANS.

Para além da participação nestes actos comemorativos de tão grande importância e significado, apelamos aos nossos camaradas para que participem ativamente em todas as iniciativas, jornadas de debate, jornadas de luta, que venhamos a considerar necessárias na defesa da Condição Militar, na defesa da qualidade de vida dos militares e suas famílias, e na intransigente defesa da Constituição da República Portuguesa. ▲

Novos Protocolos ANS

A ANS, na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo.

A lista, que pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo, por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, coloca as questões através dos contactos habituais ou consulta em **www.ans.pt** e **www.facebook.com/ANSargentos**.

Clínica O Meu Médico

Rua da PSP, nº 36 8000-408 Faro

Telefone/Fax: 289828104

Telemóvel: 927549339

E-mail: info@omeumedico.pt

Web site: www.omeumedico.pt

Dermatologia, Nefrologia, Hipertensão Arterial, Medicina Geral, Urologia, Ortopedia, Imuno-Alergologia, Pediatria, Reumatologia, Neurologia, Nutrição, Psicologia, Terapia da Fala. Pretendemos em breve alargar a nossa oferta à Cardiologia, Endocrinologia, Cirurgia Vascular, Hematologia e Otorrinolaringologia, com 30% de desconto em relação aos preços de tabela ,aos sócios da ANS, mediante a apresentação de cartão de sócio da ANS.

Paiva Raposo & Martins Pisco Imagiologia

R. Alfredo Roque Gameiro, nº 4 c/v

(Largo da J.F.)

2675-277 ODIVELAS

Telefone – 213474328 – 213461916

geral@prmp.pt

Desconto de 50% nas taxas moderadoras (com requisição) ou 10% de desconto sobre o preço particular.



Rua José Brandão de Almeida, 3
Sub-Cave Traseira
Bairro de Ouressa
2725-350 Mem Martins
Tel. 219 208 330
www.deprosis.pt
deprosis@deprosis.pt

Assistência Técnica



Computadores
Portatéis
Remoção de Vírus
Actualizações
Formação
Etc.

Software de Gestão



Restauração
P.O.S.
Bares e discotecas

Durante 2014 desconto 3% P.P. em equipamentos e 10 % em serviços aos associados da ANS

“Os agradecimentos da ANS pela colaboração da Deprosis na digitalização do acervo histórico de “O Sargento”

EMA Partners

Rua Rosa Araújo, 30-6º Dto.

1250-195 LISBOA

Jorge Fonseca – 961355424- 213513890

jorge.fonseca@ema-partners.com

www.ema-partners.com

A presente proposta de *Career Coach* tem por objetivo assessorar em condições especiais os associados da Associação Nacional de Sargentos (ANS), seus cônjuges e filhos até aos 27 anos, ao longo dos próximos 9 meses, na procura proactiva de um novo desafio profissional em Portugal ou no Estrangeiro, com o objetivo de otimizar e encurtar significativamente os seus *timings* de *JOB SEARCH*.

Home Instead Apoio Domiciliário

Praceta Prof. Alfredo Sousa 3-3ºZ

1495-241 ALGÉS

Telefone – 808252000

www.homeinstead.com.pt

Desconto sobre tabela de preços em vigor: 5% até 9 horas semanais; 10% de 10 a 15h semanais; 15% de 16 a 25h semanais; 20% de 26 a 40h semanais; 25% em mais de 40h semanais.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA

TEL. 217993624 - FAX. 217932630

Tabela de descontos para associados e familiares.

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104

1900-094 LISBOA

Tel. 218038023 Fax. 218121759

eusilpharma@gmail.com

Desconto de 15% nos medicamentos compar-ticipados de valor inferior a 50 euros, para as-sociados e familiares. Desconto de 20% nos pro-dutos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.

(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no pro-tocolo da diabetes.

Cruz Vermelha Portuguesa

São destinatários deste protocolo todos os as-sociados pertencentes à ANS com alargamento ao seu agregado familiar.

Em casos de comprovada dificuldade económi-co-financeira poderão ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário.

Clínica Vidamed

Largo Filinto Elísio 2B

2805-141 COVA DA PIEDADE, Almada

Telefone – 210889704/5

Telemóvel – 936547199

www.vidamed.pt- geral@vidamed.pt

Redução de cerca de dez euros sobre a tabela de preços em vigor para consultas de especia-lidade/serviços.

Dentinhos e Dentes – Medecina Dentária Lda.

Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:

Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 R/c A

3050-083, Barcouço, Mealhada

Contactos:

Telefone. 239 913 169

Telemóvel: 969 508 327

E-mail: barcouco@dentinhos.pt

Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:

Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, nº 7 R/c

3060-094, Cadima, Cantanhede

Contactos:

Telefone: 231 422 028

Telemóvel: 969 508 326

E-mail: cadima@dentinhos.pt

A **Dentinhos e Dentes** é uma empresa de pres-tação de serviços na área da Medicina Dentária e concede aos membros da **ANS** as vantagens mediante apresentação de cartão de sócio.

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca

Bloco A, r/c Dt Loja

2665-258 Malveira

www.idealopticamalveira.com

Tel./Fx: 219 660 377

Tm: 968 634 959

E-mail: idealopticamalveira@sapo.pt ▲

Protocolos

**Águas do Gerês
– Hotel, Termas e Spa**
Condições especiais
Contactos:
Tel: 253 391113/253 390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis Escapes

■ **ENTOESCAPES, LDA**
Zona Industrial do Entronca-mento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■ **GRACIAUTO**
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Pneus

■ **SULPNEUS**
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Videoclube

■ **CINETEKA.COM**
Parque das Nações, Av. do Me-diterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■ **HALIOTIS**
Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■ **LUBIDENTE**
Rua Professor Noronha Feio, 12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■ José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro,
Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Pro-fissional, Avaliação Psicoló-gica, entre outras áreas.
Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião
TM – 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neu-ropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
T. 218124226 quinti-

noaires@quintinoaires.pt
Rua Formosa 253-3º D
4000-258 PORTO T. 222016312
porto@quintinoaires.pt
Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e familiares.

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ **QUERER SORRIR**
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Valle dos Reis

Residências Sénior Assistidas
www.valledosreis.com
Av. António dos Santos, nº36
2000-074 SANTARÉM
T. 243377803 F.243377804
valledosreis@enfis.pt
Desconto de 5% na joia e men-

salidade para associados e conjugue.

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306,
1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
T. 210995590 F.211918699
geral@emaratravel.pt
Desconto de 5% a 8% em vários Operadores Turísticos. Desconto de 8 a 10% na pro-gramação própria. Desconto de 6 a 8% em Rentacar. Desconto de 8 a 10% em Hote-laria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS

Tel.:21 815 4966

Fax: 21 815 4958 ▲

Comemorar a implantação da República homenageando os “Bravos da Rotunda”!

No dia em que pela primeira vez o 5 de Outubro não foi comemorado como feriado nacional, o jornal “O SARGENTO” homenageou os “Nove Bravos da Rotunda”. Foi um acto simples, mas bonito, carregado de profundo sentimento de gratidão para com aqueles que num assomo de coragem e genuíno patriotismo mudaram a História naquele dia 5 de Outubro de 1910.

Na alocução proferida pelo



director do nosso jornal foi criticado o elitismo classista de quem, ao longo do último século, nos vem governando com o propósito claro de esconder e sonegar o papel determinante dos nove Sargentos acampados na Rotunda, os quais Machado dos Santos apelidou para a História como “Os Bravos da Rotunda”.

Álvaro Martins, socorrendo-se de um texto do próprio Machado dos Santos, percorreu os acontecimentos ocorridos desde a madrugada de 4 de Outubro de 1910 que, pela sua importância e relevo histórico, sempre omitidos, aqui passamos a transcrever:

“Batia nas torres da Estrela a uma da madrugada do dia 4 de Outubro, quando o Regimento

de Infantaria 16 saiu do quartel, aos gritos de Viva a República, a caminho de Campolide para desafiar os seus camaradas de Artilharia 1. Dez minutos depois o portão de Artilharia 1 era arrombado e dos lados do rio ribombavam os canhões.

Para os lados de Alcântara, um estampido seco, como o de um tiro de pistola, cortara os ares. Era a Marinha que secundava os seus camaradas de Infantaria 16 e Artilharia 1.

Poucas horas depois os marinheiros em Alcântara, os artilheiros e os soldados do 16 em Campo de Ourique, com vários grupos de civis, travam a primeira peleja com as forças fieis à monarquia.

Os marinheiros em Alcântara cercados por todos os lados por forças inimigas tentam levar de assalto o Palácio Real. Não o conseguem. Retiram-se e vão para os navios “D. Carlos”, “Adamastor” e “S. Rafael” que disparavam contra o Palácio das Necessidades.

Nessa mesma altura a Artilharia 1 e a Infantaria 16 encontravam-se cercados na Praça Marquês de Pombal e no alto do Parque Eduardo VII, apoiados no quartel de Campolide, formando o campo de batalha que a história eternizou de Rotunda.

Às duas horas da tarde, o duelo de artilharia e as cargas de infantaria eram intensas, os boatos desoladores. A tristeza e a amargura envolvia a população da capital, a derrota dos republicanos parecia inevitável.

Ao cair da noite a esperança renasce, dizia-se vagamente que a realza bombardeada



pelos navios fundeados no Tejo, fugira para parte incerta.

A brigada mista (força leal à monarquia) sob o comando da Divisão de Lisboa era derrotada



na sua tentativa de fechar o cerco à Rotunda pelos lados de Campolide e Sete Rios.

Mas foi de pouca dura o clão de esperança. A noite caía,

os riscos de fogo das granadas cruzavam-se no horizonte negro de S. Pedro de Alcântara. O combate não cessava.

Raiou a aurora, mas não a esperança no acampamento republicano na Rotunda. No rio os marinheiros não estavam porém inactivos. Às oito da manhã do dia 5, avançava Avenida acima um mensageiro estrangeiro: ia propor um armistício.

Na manhã do dia 5 os oficiais reúnem em conselho e decidem abandonar a luta, em consequência desta decisão os sargentos do acampamen-

to da Rotunda decidem, também, reunir o seu conselho e deliberam continuar a lutar e desafiam Machado dos Santos a tomar o comando. “Nós morremos aqui!” a corajosa e heróica decisão que mudou em definitivo o rumo aos acontecimentos, possibilitando a vitória republicana.

Para a história gravemos a letras de ouro o nome dos 9 Bravos Sargentos da Rotunda: Firmino Rego; Ernesto José dos Santos; José Soares da Encarnação; Francisco Alexandre Lobo Pimentel; Laurino Vieira; Ernesto Joaquim Feio; Francisco Garcia Tereno; Manuel da Conceição Silva e Mathias dos Santos.”

Momento de grande emoção e significado foi sentido na Rotunda quando, após a referência a cada um dos nomes dos “Bravos da Rotunda”, os presentes respondiam com um sonoro e forte “Presente!”.

Com a máxima dignidade militar queremos evocar a memória e o espírito combativo, em busca da inspiração da época, tão necessária nos dias de hoje. Foi este o apelo lançado por “O SARGENTO” ao qual responderam dezenas de militares que devidamente uniformizados e perfilados assistiram, no final, à deposição de uma coroa de flores composta com as cores da República e encimada pelas fotografias dos homenageados. Após a deposição desta coroa de flores, na base do monumento existente na Rotunda do Marquês de Pombal, a cerimónia terminou com “A Portuguesa”, o nosso hino nacional a ser entoado como tão bem os militares o sabem fazer. ▲



A Direcção da ANS e de O Sargento desejam à Família Militar

Boas Festas e um Ano Melhor!

